



1



Assegurar a Educação Primária Universal



3



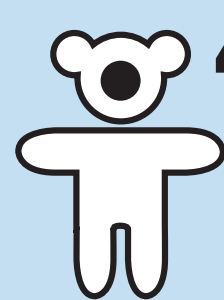
Reduzir a Mortalidade de Crianças Menores de 5 Anos

Reduzir a Pobreza Extrema e a Fome



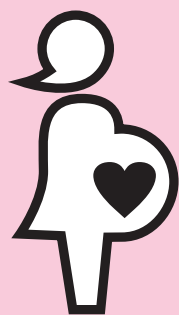
2

Promover a Igualdade entre os Sexos e a Emancipação das Mulheres



4

Relatório de Progresso de Execução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio CABO VERDE



5



Combater o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças



7



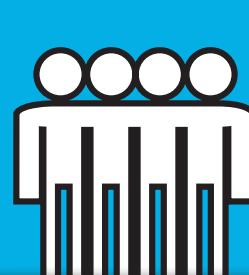
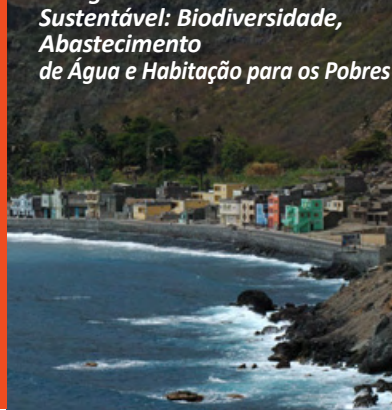
Desenvolver uma Parceria para o Desenvolvimento

Melhorar a Saúde Materna



6

Assegurar um Ambiente Sustentável: Biodiversidade, Abastecimento de Água e Habitação para os Pobres

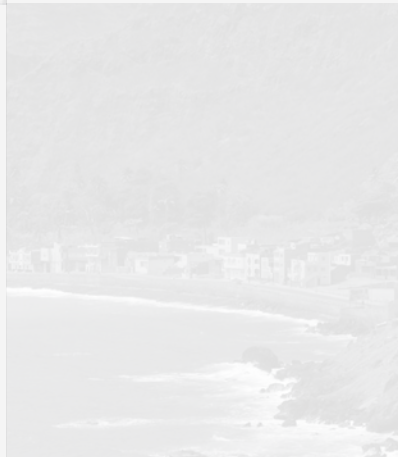
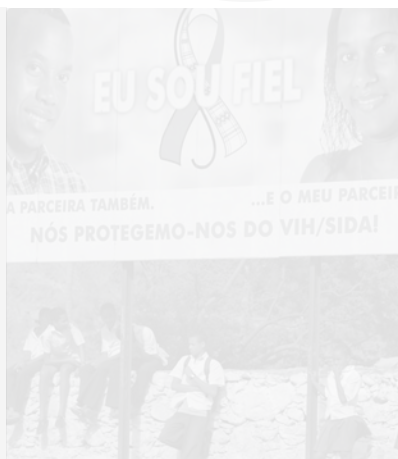


8



2010

Relatório de Progresso de Execução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio CABO VERDE





ÍNDICE

Siglas e Abreviaturas	04
Introdução	05
Objectivo de Desenvolvimento I	07
Objectivo de Desenvolvimento II	12
Objectivo de Desenvolvimento III	16
Objectivo de Desenvolvimento IV	26
Objectivo de Desenvolvimento V	28
Objectivo de Desenvolvimento VI	30
Objectivo de Desenvolvimento VII	35
Objectivo de Desenvolvimento VIII	40
BIBLIOGRAFIA	46
ANEXO: Quadro resumo das metas e indicadores (1990 - 2000 - 2009 e perspectivas 2015)	47

SIGLAS E ABREVIATURAS

AIMS	Acção Integrada Saúde da Mulher
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
DGA	Direcção Geral do Ambiente
EB	Ensino Básico (integrado)
EBI	Ensino Básico Integrado
ENSA	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar
ES	Ensino Secundário
GEF	Global Environmental Fund
GEP-MEES	Gabinete de Estudos e Planeamento, Ministério da Educação e Ensino Superior
GOIP Mulher	Gabinete de Orientação e Inserção Profissional da Mulher
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias
IDRS	Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva
IDRS	Inquérito Demográfico e à Saúde Reprodutiva
IEM	Informação, Educação e Mobilização
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPAM	Inquérito sobre a prevalência de Anemia e Factores associados em crianças menores de 10 anos em Cabo Verde
ISVAF	Inquérito sobre a Vulnerabilidade das Famílias das Zonas Rurais
MADRRM	Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos
MED	Ministério da Educação e Desporto
MEES	Ministério da Educação e Ensino Superior
MF	Ministério das Finanças
MS	Ministério da Saúde
ODM	Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ou simplesmente Objectivos)
ONU	Organização das Nações Unidas
PLPMR	Programa de Luta contra Pobreza no Meio Rural
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSA	Programa de Segurança Alimentar
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores de Bem-estar
VIH - SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

INTRODUÇÃO

Cabo Verde aceitou o desafio lançado pela ONU para implementar medidas de políticas, para que até o ano 2015 um conjunto de objectivos e metas seja realizado. Essa assumpção teve como corolário a integração das metas e indicadores dos ODM nas políticas públicas nacionais.

Cabo Verde já produziu dois relatórios sobre o cumprimento dos ODM. O primeiro relatório avaliou o progresso de realização dos objectivos, metas e indicadores à escala nacional; e o segundo (2007/2008) avaliou o progresso de realização dos objectivos à escala nacional e municipal. Este terceiro relatório avalia o progresso de realização dos objectivos à escala nacional novamente.

Esta foi mais uma ocasião e oportunidade para reforçar o diálogo institucional. A produção deste relatório constitui, a um só tempo, um importante momento de seguimento dos engagements assumidos em relação aos 8 objectivos fixados; de integração interinstitucional, envolvendo as instituições públicas (nacionais, regionais e locais), privadas e comunitárias. A publicação de dados e indicadores resultantes dos exercícios estatísticos mais recentes (2006 e 2007) conduzidos pelo INE e pelos ministérios em colaboração com o INE (Emprego e formação profissional, agricultura, segurança alimentar, etc.) vem trazer maior consistência à análise.

A situação a nível internacional em 2009 foi desastrosa. As crises económica, financeira, alimentar e do mercado imobiliário da habitação deste ano e do precedente afectou profundamente o desemprego, que foi massivo, e o sector financeiro e bancário viram abaladas as suas estruturas de base.

O impacto da crise em Cabo Verde foi amortecido graças ao crescimento médio robusto de 8,6% do PIB nos anos 2005-2006-2007 que permitiu crescimento económico positivo mas a uma taxa média inferior em 2008 e 2009. Estima-se que o crescimento do produto em 2009 se situe entre 4 e 5%.

Foram feitos importantes investimentos públicos que tiveram como efeito o abrandamento da taxa do desemprego e da pobreza; a carga fiscal foi reduzida libertando recursos para o desenvolvimento de oportunidades de negócios, e melhoria da qualidade de vida dos agregados familiares.

Algumas Realizações com Conexão aos ODM¹

Se a tendência que os dados do país, referentes à realização dos ODM demonstram persistir, as probabilidades de realização de grande parte das metas e dos objectivos do milénio no horizonte preestabelecido são grandes. Verifica-se uma determinação em tratar as disparidades entre os grupos sociais e zonas geográficas – entre homens e mulheres, áreas urbanas e rurais, e entre o interior e o litoral das ilhas.

Várias acções e investimentos de relevo foram executados por exemplo nas infra-estruturas e transportes, economia, agricultura e ambiente, educação, juventude e na área da protecção social, segurança e saúde. Assim, e a fim de facilitar e permitir uma melhoria significativa das condições de vida dos mais desfavorecidos do país, o acesso duradouro a um sistema de abastecimento de água potável conta com a realização de vários milhares de novas ligações domiciliárias de água em todos os concelhos do país com financiamento público e privado; mais, foi retomado o projecto de abastecimento de água no interior de Santiago onde o indicador de origem de água através da rede pública é 35,2%, o mais baixo do país cuja média é 42,9% em 2008, e foram adquiridas duas novas unidades dessalinizadoras com capacidade para 2.400 m³/dia para a cidade da Praia para reforçar o abastecimento e melhorar o indicador de acesso à rede pública de abastecimento que é de 56% em 2009.

A melhoria e expansão dos cuidados de saúde conta com a reabilitação e equipamento e entrada em funcionamento de vários Centros de Saúde nos vários concelhos e ilhas (5 na Praia; 1 na Boavista, 1 no Maio, 1 nos Mosteiros, 1 em Madeiralzinho em S. Vicente e 1 no Tarrafal de Santiago). A formação no exterior permitiu o regresso ao país de 16 médicos e especialistas em diferentes áreas.

A Pensão Social Mínima beneficia hoje 29.950 indivíduos com 4.500 escudos mensais e está em curso o estudo sobre o salário mínimo nacional. Em matéria de habitação condigna foi iniciada a execução do programa “Casa para Todos” que pretende construir até 2013 um conjunto de 8 150 moradias de carácter social. E em matéria de protecção contra desastres naturais foi iniciada a execução do projecto Mitigação de Riscos Vulcânicos.

¹ Estado da Nação 2010. “Comunicar” - revista da Administração Pública, número 9. Dezembro 2009.

O programa de combate ao VIH/SIDA, referência na região, vai ser reforçado após Cabo Verde ter sido seleccionado para beneficiar dos recursos do Fundo Global no valor de 12 milhões de dólares a serem aplicados num período de cinco anos.

Em matéria de **parceria** para o desenvolvimento destaca-se a Parceria Especial com a União Europeia com a adopção do Quadro Orientador desta parceria e a apresentação do Plano de Convergência Normativa; a selecção de Cabo Verde para o II Compacto do “*Millennium Challenge Account*” (MCA) dos Estados Unidos da América e o desenvolvimento e alargamento de relações com outros países como por exemplo, da Europa oriental.

Quanto a tornar as novas tecnologias de informação e comunicação disponíveis a toda a população realce-se a criação e início da execução do projecto “Mundu Novu” assente nas tecnologias de informação e comunicação ao serviço da educação com ligação à Internet em todas as escolas primárias e secundárias do país e a posse de um portátil a cada aluno até 2015; e a instalação de Praças Digitais (Conekta) em vários municípios do país. A introdução de sistemas de governação electrónica tem permitido maior aproximação da governação aos cidadãos e a prestação de serviços mais céleres e eficazes.



ODM I *Reduzir a Pobreza² Extrema e a Fome*

META 1

Reduzir para metade a proporção da população que vive na pobreza extrema entre 1990 e 2015.

Indicador :

- *Percentagem da população a viver abaixo do limiar da pobreza*

O combate à pobreza é um dos grandes desafios que o país vem enfrentando. A percentagem da população a viver abaixo do limiar da pobreza de acordo com o QUIBB2007 é de 26,6%. No ano 2002 a proporção da população pobre foi estimada em 36,7%. A pobreza tem maior incidência sobre o meio rural do país e afecta em particular as famílias chefiadas por mulheres (33% contra 21% das famílias chefiadas por homens). O desempenho e o nível de educação são factores determinantes dessa situação.

Para combater a pobreza no meio rural o país vem executando o seu Programa Nacional de Luta contra Pobreza no Meio Rural. Tem-se verificado um défice de acções integradas de combate à pobreza no meio urbano subsequente ao término em 2006 do projecto “Promoção dos Grupos Sociais Desfavorecidos”.

Entre 1989 e 2007 os dados sobre a evolução da incidência da pobreza indicam que Cabo Verde tendencialmente vai cumprir o Objectivo de reduzir a pobreza extrema e a insegurança alimentar. A expansão e melhoria da electrificação e abastecimento em água potável às populações e a introdução do gás butano na confecção de alimentos, a expansão da oferta de estabelecimentos de ensino (no meio rural em particular) são factores importantes de redução da pobreza que têm permitindo a muitas mulheres e crianças diversificar a sua rotina diária. Assim, e de acordo com os principais resultados do inquérito sobre “Melhorias nas Condições de Vida dos cabo-verdianos”, exercício conjunto IEFP/INE de 2008, 42,9% dos agregados tem acesso à água com origem na rede pública contra 24,1% em 2000. A percentagem daqueles que se abastecem em chafarizes/cisterna vem diminuindo tendo passado de 48% em 2000 para 38% em 2008. As ilhas de Santo Antão, S. Vicente e Sal são as ilhas onde há mais utentes da rede pública. A utilização do gás butano na preparação de alimentos aumentou entre 2006 e 2008 de 53,5% para 56,0% contra uma ligeira diminuição do uso de lenha. A penetração

2 Os dados relativos à pobreza em Cabo Verde provêm do Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF) e do Questionário Unificado dos Indicadores de Bem-estar (QUIBB2006 e 2007) disponibilizados pelo INE.

do gás é mais evidente nas ilhas mais urbanas de S. Vicente e Sal e na cidade da Praia. Graças à campanha nacional de electrificação rural a electricidade como fonte de energia de iluminação beneficia mais de dois terços da população (67,5% em 2008). A taxa de iluminação é superior à média nacional nas ilhas de Santo Antão (74%), S. Vicente (89%), e na Praia (82%). Para o resto da ilha de Santiago e para a ilha do Fogo a taxa de electrificação é inferior à média de 67,5%.

A crise financeira e económica internacional dos anos 2008 e 2009 compeliu o Governo a executar medidas para garantir a estabilidade macroeconómica do país. Tais medidas têm tido um papel importante no amortecimento do seu impacto, com destaque para o nível de cobertura e o valor das pensões sociais, para a redução da carga fiscal, para os investimentos nas infra-estruturas, etc. Entre os factos salientes que caracterizam a ajuda dos últimos anos constata-se uma tendência para a diminuição dos donativos contra um aumento dos empréstimos, situação que pode levar ao crescimento do endividamento externo. A percentagem dos donativos no conjunto da ajuda ao desenvolvimento passou de 80% nos anos 1990 para 58% em 2005 e actualmente (2009/2010) perto de 40% do Programa de Investimento Público são financiados recorrendo a empréstimos. As modalidades de ajuda mudaram e nota-se forte diminuição da ajuda alimentar e um aumento da ajuda orçamental. De modo global a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) não diminuiu tendo passado de 10.999,5 milhões de escudos em 2005 para 14.237,7 milhões em 2009.

A determinação do grau do impacto que a crise possa ter exercido sobre o rendimento das famílias, poderá ser aferido a partir do Censo 2010 e do Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias cuja realização está prevista para 2012, o que permitirá medir até que ponto a crise terá tido ou não efeitos sobre a incidência da pobreza no País.

Através de esforços próprios que contam com o apoio importante dos parceiros de desenvolvimento o país vem concebendo e executando medidas e políticas em diferentes domínios com o propósito firme de melhorar as condições de vida e erradicar a pobreza particularmente a pobreza extrema. Os investimentos de parceiros através de acções como o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no meio rural foram direccionados para actividades geradoras de rendimento (AGR), para o microcrédito e para a formação com impacto sobre o rendimento das famílias no meio rural onde a percentagem da pobreza é maior. O PNLP reforçou e alargou o seu âmbito geográfico de actuação passando a cobrir mais de 95% das zonas rurais do país. A afectação adequada de recursos e a execução de procedimentos organizacionais adequados vão permitir ao Programa exercer impacto mais substancial sobre a redução da pobreza no meio rural sem se esquecer do reforço de acções sistematizadas de redução da pobreza no meio Urbano.

META 2

Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a população em situação de insegurança alimentar

Indicador:

- *Percentagem de crianças menores de 5 anos com mal nutrição*
- *Percentagem da população com insuficiência calórica*

A fome deixou de ser um fenómeno de massa em Cabo Verde pelo que falar de insegurança alimentar (IA) é mais apropriado às circunstâncias.

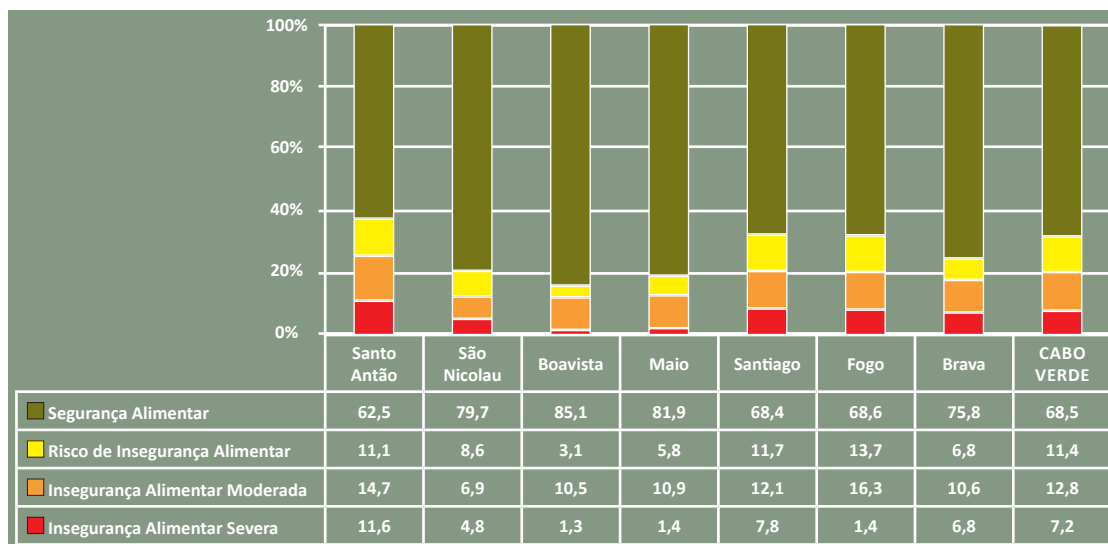
Apesar dos avanços alcançados no domínio da segurança alimentar, o país ainda confronta-se com problemas macroeconómicos que condicionam, tanto a disponibilidade e a estabilidade de alimentos no mercado interno, quanto o acesso económico da população aos bens alimentares. A oferta alimentar no mercado interno, devido a vulnerabilidade da base produtiva e ao do défice estrutural da balança de pagamentos, continua a estar sujeita às flutuações do mercado internacional.

No decorrer dos últimos seis anos mais de 90% dos cereais (milho, arroz, trigo) provieram do exterior, tanto sob forma de ajuda alimentar como de importações comerciais. A contribuição das importações comerciais tende a aumentar contrapondo a diminuição da ajuda alimentar que actualmente representa 15% das importações.

Até 2006, o regime de preços máximos permitiu o controlo necessário para a estabilização dos preços no mercado nacional, absorvendo as variações verificadas a nível internacional e preparando o mercado para a concorrência e a sua completa liberalização (Portaria 12/2006 de 12 de Junho). Apesar dos riscos que a liberalização dos mercados dos produtos de base e da diminuição das ajudas, a análise da disponibilidade alimentar dos últimos anos mostram que não houve problemas de aprovisionamento em bens alimentares no que tange aos produtos de base. A nível regional, tem-se registado algumas deficiências no seu abastecimento causadas pelo estrangulamento existente a nível dos transportes internos.

O nível da procura configura-se como componente indissociável do acesso económico das famílias aos bens alimentares, um e outro estão intimamente ligados pela capacidade das famílias em satisfazer as suas necessidades alimentares básicas, e ambos estão condicionados pelos termos da oferta.

GRÁFICO 1: Distribuição da vulnerabilidade e da insegurança alimentar segundo ilha



Fonte: ISVAF 2005

O Inquérito sobre a Vulnerabilidade das Famílias das Zonas Rurais (ISVAF)³ reporta que 20% dos agregados familiares rurais vivem em situação de insegurança alimentar e que 11% estão sob ameaça de insegurança alimentar, isto é, correm risco de experimentar IA subsequente a uma crise qualquer. Mais, a IA é mais crítica nas ilhas denominadas “agrícolas” (Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo) e nos municípios de São Domingos, Paul, Mosteiros, Porto Novo, Praia e Santa Catarina.

Entretanto, segundo dados do Inquérito de Seguimento das Zonas e Populações Vulneráveis de Santiago, Santo Antão, São Nicolau, Brava e Fogo após a campanha agrícola de 2009/2010, 4,1% da população rural das zonas sob risco alimentar encontram-se em situação de insegurança alimentar e 53,7% estão sob Risco de insegurança alimentar. As ilhas de Santiago e São Nicolau são as que apresentam maior percentual de famílias sob situação de insegurança alimentar.

Em números absolutos, 8.712 famílias estão em situação de insegurança alimentar, seja um total de 43.560 pessoas; e 7.426 famílias encontram-se sob risco de insegurança alimentar, seja um total de 37.130 pessoas. O total da população em situação de insegurança e em risco de insegurança alimentar é de 80.690 pessoas, número inferior ao estimado em Outubro de 2009, ou seja, menos 22.660 pessoas afectadas.

Política de Segurança Alimentar

O combate à insegurança alimentar foi eleito prioritário e tem sido elemento estável e central das políticas públicas de desenvolvimento. Combater a IA enquanto se fomenta a segurança alimentar implica executar acções inter-sectoriais que vão desde a produção de bens alimentares, comercialização, controlo de qualidade, até ao acesso e utilização de alimento. No sentido de estabelecer as condições propícias capazes de garantir uma segurança alimentar durável, o país elaborou e vem executando a sua Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA2002-2015) e incorporou no documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP) as linhas orientadoras da ENSA. Em 2006 foi validado e está em execução o segundo programa de acção quinquenal da ENSA, o Programa Nacional de Segurança Alimentar (PNSA2007-2011). Este programa visa contribuir para o reforço das políticas públicas e das acções no domínio da segurança alimentar e nutricional e para a diminuição da vulnerabilidade e insegurança alimentar do país, assim como o reforço dos mecanismos de gestão e promoção da boa governação em matéria de segurança alimentar.

O reforço da operacionalidade do Sistema de Informação para a Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e a funcionalidade do Conselho Nacional de Segurança Alimentar são vistos como factores importantes para se fazer face aos desafios da intersectorialidade da questão.

³ Realizado em 2005 pela Direcção dos Serviços da Segurança Alimentar (DSSA)

O PNSA2007-2011 tem como objectivo global contribuir para a melhoria da SA no seio das populações em situação de insegurança alimentar e/ou risco de insegurança alimentar. Os objectivos específicos são de entre outros:

- a) Promover uma produção eficaz, diversificada e durável de bens alimentares (agricultura, pecuária e pesca);
- b) Garantir a disponibilidade e a estabilidade dos produtos alimentares no abastecimento dos mercados centrais e periféricos;
- c) Melhorar o acesso económico aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base, visa garantir meios de vida sustentáveis às populações; e
- d) Reforçar os dispositivos de prevenção e gestão das crises no quadro do sistema de segurança alimentar.

A agricultura, como actividade económica e tal como praticada, pode sustentar as condições de existência duráveis das populações rurais do país. A modernização e desenvolvimento agrícola sustentado tem na valorização dos recursos naturais específicos das zonas agro-ecológicas (água, solos, bióticos) e no reforço do capital humano e socioeconómico local factores importantes de optimização das capacidades produtivas e de melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas e de protecção e conservação ambiental.

Um conjunto de medidas e políticas está sendo executado destacando-se (i) a política de protecção ambiental e dos recursos naturais; (ii) o ordenamento do espaço rural, nomeadamente através das bacias hidrográficas, com vista a uma gestão integrada dos recursos hídricos e fundiários, associado ao desenvolvimento do sistema agro-silvo-pastoril; (iii) conformidade entre legislação vigente e os instrumentos de promoção do desenvolvimento; (iv) adequação da capacidade técnica e organizacional dos produtores; (v) promoção de actividades economicamente rentáveis, tanto na agricultura como em outros sectores geradores de rendimentos como turismo rural e (vi) execução de uma política de formação e investigação orientada para a resolução de problemas intrínsecos ao desenvolvimento e modernização da agricultura.

A Agência Nacional de Segurança Alimentar (ANSA) acompanha a disponibilidade e a gestão do stock interno, a conjuntura internacional, a evolução dos preços, o comportamento dos agentes, etc. a fim de garantir o abastecimento dos mercados centrais e periféricos. O sector privado comercial vem assumindo o seu papel no abastecimento, dinamizando e integrando os mercados centrais e periféricos. O Estado, por seu turno, vem facilitando, fiscalizando e regulando o processo e vem conferindo maior dinamismo ao sector privado na garantia da segurança alimentar.

As acções executadas e focalizadas na melhoria do acesso económico aos bens alimentares de base e aos serviços sociais de base visam garantir meios de vida sustentáveis às populações; colocar à disposição dos mais vulneráveis rendimento suficiente para garantir a sua segurança alimentar. Assim, os idosos, os antigos trabalhadores das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) e os deficientes incapazes de participar de acções estruturantes e geradoras de um rendimento sustentável, beneficiam de uma pensão social mínima de 4.500 escudos (2009) que será aumentada para 5.000 escudos em 2010 e fará uma cobertura a 23.000 beneficiários.

A capacitação técnica e institucional de todos os intervenientes no processo de gestão da segurança alimentar e de prevenção das crises, e promoção da boa gestão da segurança alimentar é considerada fundamental. Os objectivos específicos fixados são: (i) assegurar o reforço da capacitação, assistência técnica e comunicação permanente dos actores; (ii) contribuir para o reforço da capacidade interventora das associações de defesa do consumidor; e (iv) reforçar a sensibilização e a mobilização sociais a favor da segurança alimentar

Nutrição em crianças menores de 5 anos e população com insuficiência calórica

Em 2006 e de acordo com os resultados do QUIBB2006 a malnutrição crónica penalizava 14,5% das crianças menores de 5 anos e a malnutrição aguda atingia 6,4%. A insuficiência ponderal atinge 8% das crianças nessa faixa etária.

De acordo com os dados preliminares do IPAC⁴, inquérito realizado pela Direcção de Serviços de Segurança Alimentar em parceria com o INE e o Ministério da Saúde a taxa de malnutrição crónica em crianças menores de 5 anos é de 9,7% e de 2,6% para a malnutrição aguda. Tal como em 2006, o meio rural continua sendo ligeiramente mais afectado que o meio urbano, com 11,1% de malnutrição crónica e 3,1% de malnutrição aguda.

Relativamente à taxa de insuficiência ponderal os dados apontam para 4% nesse grupo etário. A insuficiência ponderal tem maior incidência sobre as crianças do sexo masculino (5,6%) que as do sexo feminino (4,3%).

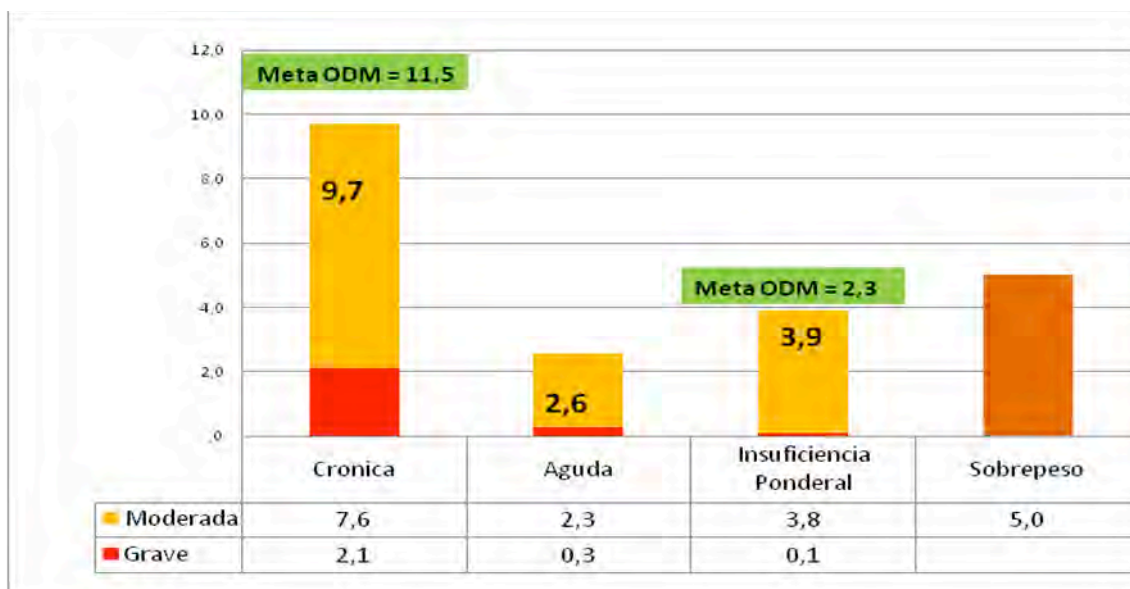
A situação, tanto no meio rural como no meio urbano, melhorou em 2009 com taxas de 7,2% e 3,0% respectivamente, quando comparada com as de 2006 (10%; 7,5%). A nível das outras ilhas constata-se que na ilha do Fogo a insuficiência

⁴ Inquérito sobre a prevalência de Anemia e Factores associados em crianças menores de 10 anos em Cabo Verde

ponderal nas crianças tem o seu valor máximo embora tenha havido uma diminuição entre 2006 (14%) e 2009 (10%). Em resumo, a situação nutricional das crianças menores de 5 anos em Cabo Verde melhorou.

O gráfico abaixo ilustra os indicadores nutricionais face às metas preconizadas pelos objectivos de desenvolvimento do milénio.

GRÁFICO 2: Situação nutricional das Crianças menores de 5 anos em Cabo Verde. Fonte: IPAC 2009. Fonte: INE - IE 2009





2

ACHIEVE UNIVERSAL
PRIMARY EDUCATION

ODM II

Assegurar a Educação Primária Universal

META

Proporcionar a todas as crianças os meios de finalizar o ciclo de estudos primários.

Indicadores:

- *Taxa líquida de escolarização no ensino primário*
- *Proporção de crianças em idade escolar começando o primeiro ano de estudo no ensino primário e terminando o sexto*
- *Taxa de alfabetização dos 15 a 24 anos*

O Orçamento do Estado destinado à Educação oscilou durante algum tempo entre os 20 e os 23% devido à necessidade de ter infra-estruturas escolares adequadas em número e qualidade. Actualmente (2009) esse investimento é de 7% do PIB⁵.

No ano lectivo 2008/2009 os indicadores de eficácia interna no Ensino Básico traduzem ganhos substanciais conseguidos na sequência de esforços consentidos ao longo dos anos. As taxas de aprovação, reprovação e abandono conheceram melhorias significativas em relação a 1990/1991 conforme se demonstra mais adiante.

A fim de facilitar o término dos estudos primários às crianças, vários estabelecimentos escolares foram ampliados, melhorados e devidamente equipados os gabinetes de docentes, as salas de aulas, as bibliotecas, etc.; mais de 90% de professores possui formação adequada (2009/2010); e dispositivos normativos e de gestão foram introduzidos. Mais, os estabelecimentos de ensino (pré-escolar e básico) estão cada vez mais próximos dos agregados familiares. Actualmente a maioria (80%) dos/das estudantes percorre uma distância de menos de 15 minutos para chegar ao seu estabelecimento escolar. Cada vez mais estudantes (70%) residentes no meio rural estão mais próximos de um estabelecimento de ensino.

Tudo isso, mais a oferta de uma refeição quente nos estabelecimentos de ensino aos estudantes vem reforçando o atendimento inicial escolar e incrementam as probabilidades de finalização dos estudos primários.

⁵ Fonte: Estado da Nação 2010

Progressos substanciais foram alcançados em matéria de escolarização da população do ensino primário básico. Entretanto, a população escolar no ensino básico tem diminuído progressivamente a partir do ano lectivo 2000/01 a uma taxa média de 2,6% ao ano. Em termos absolutos o número de efectivos passou de 90.640 no ano lectivo 2000/01 para 73.548 em 2008/09. Esta diminuição decorre da redução da taxa de natalidade e mortalidade situação que modela a pirâmide etária em praticamente um losango. O país efectivamente entrou na fase de transição demográfica a partir dos meados da presente década. Prevê-se um período de estabilização que poderá constituir oportunidade para a racionalização e redistribuição dos recursos neste nível de ensino, permitindo uma maior concentração de esforços na melhoria da qualidade do ensino.

No EBI as taxas de escolarização bruta e líquida no ano lectivo 2007/08 situam-se entre 110,1% e 91,7% respectivamente. Pela leitura do quadro 1 pode-se constatar que a escolarização universal no primário é quase uma realidade a nível nacional. Aliás, alguns Concelhos do país já atingiram a escolaridade universal. Apesar da variabilidade desse indicador, a nível concelhio, prevê-se que em 2015 a educação primária universal esteja assegurada.

QUADRO 1: Tendência taxa líquida de escolarização no EBI⁶

Concelhos	1990/91	2007/2008	2015/2016
Ribeira Grande	67,7	79,7	100
Paúl	74,2	73,2	100
Porto Novo	72,7	83,1	100
S. Vicente	86,8	89,5	100
S. Nicolau/R ^a Brava	74,8	83,5	100
Tarrafal S. Nicolau		101,9	
Sal	63,3	116,6	
Boa Vista	84,9	104,0	
Maio	73,6	78,5	100
Tarrafal	60,2	81,9	100
Santa Catarina	67,5	89,9	100
S. Salvador do Mundo		81,7	100
Santa Cruz	62,5	83,0	100
S. Lourenço dos Órgãos		75,0	100
Praia	71,6	99,7	100
Ribeira Grande Santiago		82,8	100
S. Domingos		103,6	
S. Miguel		95,4	100
Mosteiros		99,6	100
S. Filipe	72,7	90,8	100
Santa Catarina Fogo		137,2	
Brava	76,3	106,9	
Cabo Verde	71,5	91,7	100

Fonte: GEP-MEES

No ano lectivo 1990/91 a taxa líquida de escolarização das meninas não diferia muito da dos rapazes. Com efeito, esta era de 72,6% para os rapazes contra 70,4% para as raparigas. Já no ano lectivo 2007/08 essa taxa era de 92,1% para as meninas contra 92,3% para os rapazes. O índice de paridade meninas/rapazes era de 0,93 o que significa que por cada 93 meninas escolarizadas existem 100 rapazes escolarizados. Em termos de aproveitamento, em 2008/2009, nota-se uma maior proporção de aprovação (90,4%) de meninas comparativamente a rapazes (85,6%). Relativamente ao corpo docente cerca de 2/3 são do sexo feminino.

⁶ A utilização desse indicador referente a 2007/08, deve-se à discrepância entre a população escolar e os dados demográficos

A nível institucional foram conseguidos avanços significativos no ensino básico (e secundário) com o alargamento da reforma do sistema de ensino no ano lectivo 1995/96 e introdução do ensino obrigatório de seis anos e expansão da escolaridade básica para 8 anos tal como estipulada na nova Lei de Bases do Sistema Educativo.

A política de formação do corpo docente produziu ganhos evidentes. Regista-se um aumento de professores com formação adequada que passou de 84,6% em 2007/08 para 89,9% em 2009/2010. Entretanto, persistem algumas assimetrias regionais: Nos concelhos de Santa Catarina do Fogo, dos Mosteiros, e de São Filipe da ilha do Fogo, nos concelhos de Santa Catarina e Ribeira Grande de Santiago, na Ribeira Brava e Tarrafal de S. Nicolau e; no Porto Novo em Santo Antão, a proporção de professores sem qualificação é superior a 15%.

Alfabetização – Os investimentos canalizados para a Alfabetização e Educação de Adultos, desde a independência, têm produzido excelentes resultados. Segundo os dados do QUIBB 2006 e 2007, a taxa de alfabetização tem-se estabilizado em cerca de 80% com variações significativas em termos de meio de residência e de género. Hoje a taxa de analfabetismo situa-se abaixo dos 20% não obstante a disparidade social geográfica.

A nível de chefia do agregado familiar a taxa de analfabetismo é mais elevada nos agregados chefiados por mulheres onde 49% são analfabetos, enquanto nos chefiados por homens esse percentual passa a 23%. Paradoxalmente, a diferença entre homens e mulheres alfabetizados é mais acentuada no meio urbano do que no meio rural.

Na faixa etária dos 15-24 anos a taxa de alfabetização atinge os 96% (QUIBB2007) sendo insignificante a diferença inter-género e local de residência. Actualmente a taxa de analfabetismo situa-se entre 2 e 3%. A igualdade de género nesta matéria está assegurada. O objectivo global é, para a faixa etária dos 15 aos 49 anos reduzir a taxa de analfabetismo para 5% até 2015.

O nível de realização desta meta é muito satisfatório pelo que é razoável aguardar a sua plena satisfação em 2015.

Resumidamente, progressos foram conseguidos a todos os níveis de ensino em matéria de formação em exercício dos quadros, infra-estruturação, coordenação interinstitucional e revisão de programas, manuais e curricula. Aponta-se como resultados importantes a redução das taxas de reprovação e de abandono escolar e o cultivo de valores cívicos como paz, justiça, etc. principalmente no ensino básico.

Em matéria de medidas adoptadas e em curso para a melhoria e consolidação dos indicadores há a realçar a determinação de oferecer um ensino de qualidade e a integração sistémica acrescida a nível nacional e municipal dos subsistemas escolares (primário, secundário e superior). Ter recursos humanos capazes de contribuir para a sociedade como cidadãos e profissionais até 2015 é prioridade da agenda pública para a educação. Assim, a qualificação dos docentes (do ensino primário) particularmente nos municípios menos favorecidos é a prioridade de intervenção suavizando ou anulando deste modo fortes assimetrias regionais e municipais.

É reconfortante saber que a maioria dos professores não diplomados (10% dos que leccionam no ano lectivo 2009/2010) se encontra em formação nas instituições nacionais. No ano lectivo 2008/2009, 86% dos professores que leccionaram no EBI tinham formação para o efeito, e no ensino secundário 77% dos professores possuem formação superior (licenciatura \ mestrado e pós-graduação).

Zelar pela sustentabilidade do sistema e assegurar maior interligação do ensino e formação ao mercado de trabalho é a estratégia a seguir.

Em matéria de género pode-se precaver para a necessidade de/e tomada de medidas para lidar com uma provável tendência de sucesso escolar diferenciado.

A partir de 2007, com a retirada gradual do PAM do programa de assistência às cantinas escolares (PAC), o Governo passou a assegurar a totalidade do custo do seu funcionamento e 35% das despesas de aquisição de géneros. Em 2009, atingiu a cifra de 45% a cobertura do custo de aquisição de géneros alimentícios, com o objectivo de continuar a distribuição de refeições quentes, diariamente durante o ano lectivo. Com a cobertura de cerca 90.000 crianças do ensino pré-escolar e básico, houve melhoria do estado nutricional, da frequência escolar e do processo de ensino/aprendizagem.

O envolvimento das escolas, das comissões concelhias e nacional na criação do horto-escolar constituiu uma das apostas para a garantia da sustentabilidade do Programa. O programa está orçado em 500m de escudos assegurados na totalidade pelo Governo.

Porque o analfabetismo é um dos elementos determinantes da pobreza, o desafio da alfabetização é intensificar e focalizar a pós-alfabetização de jovens e adultos em actividades geradoras de emprego e rendimento. O programa de

alfabetização e educação de adultos deve continuar inscrito na estratégia nacional de redução da pobreza contemplando ações abrangentes de formação profissional e animação comunitária dirigidas aos adolescentes e jovens adultos. A diminuição dos recursos disponibilizados pela Cooperação internacional para a Alfabetização e Educação de Adultos desafia os empregadores privados a se envolverem mais na luta contra o analfabetismo que tem na generalização do ensino à distância uma estratégia para abraçar mais beneficiários e reduzir custos de formação.

O Quadro de Despesa sectorial a Médio Prazo (2008 – 2011) permitirá encaixar a ajuda mobilizada numa base realista, de transparência, de prestação de contas e de responsabilização, a fim de transmitir confiança acrescida aos financiadores. A nível do Orçamento Geral do Estado, o volume das despesas públicas para o funcionamento da educação e formação é de cerca de 21,1% das despesas orçamentadas para o ano económico de 2009. Isto é condizente com as orientações da política nacional de educação que aposta fortemente na qualidade e eficácia do sistema educativo

Em resumo, advoga-se uma abordagem de intervenção que privilegie os municípios (rurais) carentes de recursos de educação e que exibem indicadores de realização abaixo da média e seja capaz de assegurar a permanência e sucesso escolar das crianças e de alfabetizar os seus jovens e adultos.



PROMOTE GENDER
EQUALITY AND EMPOWER
WOMEN



ODM III

Promover a Igualdade entre os Sexos e a Emancipação das Mulheres

META

Eliminar disparidades entre sexos no ensino e a todos os níveis até 2015

Indicadores:

- *Rácio raparigas/rapazes no ensino primário, secundário e superior*
- *Taxa de alfabetização de mulheres de 15 a 24 anos em relação a homens*
- *Proporção de assentos ocupada por mulheres no parlamento nacional*

Apesar de o período 2000 a 2009 ter sido marcado por ganhos significativos em matéria de igualdade entre homens e mulheres, o ODM III não foi totalmente alcançado pelo país, pois ainda persistem alguns indicadores desfavoráveis às mulheres e começam a surgir indicadores menos favoráveis aos homens.

Os ganhos mais relevantes relativamente a autonomia das mulheres estão a nível da área social (Saúde e Educação) e a nível da participação no poder executivo onde desde de 2008 temos uma situação de paridade.

Entretanto no sector económico mantém-se uma disparidade em desfavor das mulheres, onde o rendimento das mesmas representa metade da dos homens.

1. Evolução dos Indicadores entre 2000 e 2010

1.1 Demografia

No período compreendido entre 2000 e 2010 assistimos a uma crescente concentração da população nas zonas urbanas. No ano 2010 de acordo com as projecções do INE a população residente nas zonas rurais é de cerca de 39.3% enquanto, que em 2000 era de 52,2%. O rácio mulher /homem tem diminuído ligeiramente sendo essa diminuição mais acentuada nas zonas urbanas.

QUADRO 2: Dados comparativos da população - 2000⁷ - 2010

Variáveis	Censo da população –2000						Censo da população – 2010-Projecção						
	Total país			%			Rácio mulheres/homens	Total país			%		
	Efectivos	%	Sexo Fem.	Sexo Fem.	Sexo Mas.	Efectivos		%	Sexo Fem.	Sexo Fem.	Sexo Mas.	Rácio mulheres/homens	
Total país	431.989	100	207.994	51,9	223.995	1,08	525.307	100	270.264	51.4	255.043	1.05	
Urbana	232.147	53,7	119.709	51,6	112.438	1,06	318.679	60.6	162.873	51.1	155.806	1.04	
Rural	199.842	46,3	104.286	52,2	95.556	1,09	206.628	39.3	107.391	51.9	99.237	1.08	

2. Educação

2.1 A educação segundo género

Como resultado da política pública Educação para Todos, o país alcançou ganhos significativos em termos de acesso das raparigas em todos os níveis do ensino. Cabo Verde atingiu a meta da eliminação da disparidade entre os sexos no acesso ao ensino pré-escolar, básico e superior. Pois o rácio raparigas e rapazes, nesses níveis de ensino, apontam para paridade. No entanto nos ensinos secundários e médio existe uma supremacia das raparigas em relação aos rapazes.

QUADRO 3: Taxa de escolarização por género e rácios meninas/rapazes no ensino

Nível de Ensino	2006/2007	2007/2008	2008/2009
Rácio Raparigas/Rapazes			
Ensino Pré-escolar	0,99	0,99	1,01
Ensino Básico	0,94	0,93	0,92
Ensino Secundário	1,13	1,14	1,15
Ensino Médio	2,26	2,26	2,42
Ensino Superior	1,20	1,25	0,93
Taxa líquida de escolarização por sexo			
Ensino Pré-escolar - Raparigas/Rapazes	59,9 e 60,5	62,3 e 63,0	-
Ensino Básico - Raparigas/Rapazes	93,8 e 94,9	91,1 e 92,3	87,6 e 89,8
Ensino Secundário – Raparigas/Rapazes	63,8 e 55,9	64,4 e 55,9	67,0 e 57,1
Percentagem de Aprovados por Sexos			
Ensino Básico – Raparigas/Rapazes	89,3 e 83,8	90,0 e 85,1	90,4 e 85,6
Ensino Secundário – Raparigas/Rapazes	70,0 e 65,3	69,6 e 64,1	70,3 e 64,1
Analfabetismo entre as Mulheres			
Taxa de mulheres analfabetas 15-24 anos	2,8	2,8	2,6
Taxa de mulheres analfabetas 15 e mais anos	26,9	26,9	24,5

As informações estatísticas mostram uma tendência para a manutenção do equilíbrio no acesso à educação de raparigas e rapazes no ensino pré-escolar e básico, assim como uma diminuição da taxa líquida de escolarização no ensino básico.

Em relação ao ensino secundário, a taxa líquida de escolarização aumentou tanto entre os rapazes como entre as raparigas, mas o desequilíbrio no acesso tende a acentuar-se, em desfavor dos rapazes, ou seja os dados demonstram que aumenta o fosso entre rapazes (57,1%) e raparigas (67%) neste nível de ensino.

⁷ Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Projeções Demográficas 2000-2020

Este desequilíbrio pode estar associado a insucesso escolar, já que a proporção de aprovações é maior entre as raparigas do que entre os rapazes, o mesmo acontecendo com o abandono escolar - segundo as informações do INE (QUIBB 2007), o abandono escolar (11,3%) acontece mais frequentemente na última fase da educação básica ou no ensino secundário, sendo de 9,2 % para as raparigas e 13,5 % para os rapazes.

No ensino médio e superior, nota-se uma manutenção da frequência ao ensino médio e um aumento significativo no ensino superior, no qual duplicaram-se as matrículas entre 2004 e 2008. Continua a manifestar-se uma estabilização do rácio mulheres/ homens.

Segundo os dados do INE, a taxa de analfabetismo em Cabo Verde, tende a diminuir tanto entre as mulheres como entre os homens com mais de 15 anos (20,3% em 2006 contra 18,5% em 2009). A sua incidência é maior entre as mulheres (26,9% em 2006 e 24,5% em 2009) do que entre os homens (13,1% em 2006 e 11,6% em 2009). No mundo rural a proporção de mulheres analfabetas (36,3% em 2006 e 32,5% em 2009), é mais do dobro que a proporção de homens analfabetos (17,7% em 2006 e 13,1% em 2009). A incidência do analfabetismo na faixa etária 15-24 anos é baixa (3,3% em 2006 e 3,2% em 2009), e reflecte os efeitos da política de universalização do acesso ao ensino básico formal.

3. Actividade económica e emprego por Género

De acordo com o Relatório do IEF/INE de 2010 a taxa de actividade da população era de 56,3% e a taxa do desemprego de 13%, significando que no período de 2000 a 2010, a taxa de actividade aumentou perto de 16 pontos percentuais e a de desemprego diminuiu perto de 4, pontos percentuais. Os dados divulgados pelo IEF/INE não estão desagregados por sexo pelo que para fazer análise em termos de género apresentamos os dados do Censo e do QUIBB 2007.

QUADRO 4 : Taxa de actividade e de desemprego por sexo

Variáveis	Censo 2000			2009 (IE)		
	Cabo Verde	Mulheres	Homens	Cabo Verde	Mulheres	Homens
Taxa de actividade	68,9	64,1	74,4	61,9	56,9	67,5
Taxa de actividade				56,3	49,0	64,4
Taxa de Desemprego	17,4	11,1	23,8	20,9	25,3	16,8
Taxa de Desemprego				13,1	13,2	12,8

OBS: Os indicadores em azul foram calculados com base na nova abordagem de método de cálculo de indicadores de emprego/desemprego e os de preto com base na antiga abordagem utilizada pelo INE.

De acordo com esses dados a taxa de actividade aumentou tanto entre as mulheres como entre os homens, mas o aumento foi mais significativo entre os homens. Apesar da evolução geral positiva, as mulheres continuam a ser muito mais afectadas do que os homens, pois o desemprego atinge-as mais e a pobreza é mais profunda nos agregados familiares chefiados por mulheres.

Entretanto, para reduzir o desequilíbrio, o Estado de Cabo Verde elaborou o Programa Coesão Social (2010-2012) que integra o projecto "Jovem e Coesão Social" que leva a cabo acções específicas para mães solteiras e mulheres chefes de família, através da formação profissional como um instrumento de luta contra a pobreza, em parceria com as instituições públicas e privadas.

No ano de 2008, foram dadas directrizes na área da formação profissional para a assumpção de acções discriminatórias/positivas a favor das mulheres e da promoção do acesso destas a áreas de trabalho tradicionalmente masculinas.

Uma outra estratégia para a promoção da empregabilidade e a redução da pobreza é implementada através da garantia do acesso das mulheres ao crédito. Com esse propósito foram disponibilizados para o período 2010-2011, perto de 42.000 USD a ser executado por ONG femininas.

O DECRP (2008-2011) delineou como estratégia a promoção do empreendedorismo das mulheres e o reforço da correlação entre o sistema educativo/profissional e o mercado de trabalho. Na primeira fase de implementação desta estratégia foram criadas unidades formativas em 5 das 45 escolas secundárias do país, as quais garantem a articulação entre o ensino formal e a formação profissional.

Relativamente às categorias profissionais, a maioria das mulheres, está concentrada nos trabalhos não qualificados (31,0%), no de pessoal de serviços e vendedores (28,2%) e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca (17,4%) e nos empregos de operadores de máquinas, de instalações e montagem (1,3%).

QUADRO 5: Participação das mulheres segundo as categorias profissionais

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	CABO VERDE	MULHERES
Forças armadas	-	-
Executivos e quadros Superiores	1,5	0,9
Especialistas	7,9	9,3
Técnicos e Profissionais de nível intermédio	3,0	2,2
Administrativos	4,1	5,3
Pessoal serviços e vendedores	21,8	28,2
Trabalhadores Qualificados, Agricultura e pesca	20,0	17,4
Operários, artífices	13,8	4,4
Operadores maquinas e Instalação de montagem	5,5	1,3
Trabalho não qualificados	22,4	31,0
Sem resposta	-	-
Total	100,0	100,0
TIPO DE EMPREGO	CABO VERDE	MULHERES
Administração pública	15,5	7,6
Empresarial privado	28,9	8,3
Empresarial estado	4,6	1,9
Empregadores	5,2	1,7
Trabalhadores por conta própria	21,7	10,8
Trabalhadores Família sem remuneração	10,5	5,5
Trabalhador casa famílias	7,8	5,3
Outra situação	3,3	0,9
Sem resposta	2,6	1,0
Total	100,0	43,0

Fonte: INE - IE 2009

Quanto ao tipo de emprego desempenhado pelas mulheres, o trabalho por conta própria aparece com 10,8%, seguido de administração pública 7,6%, os trabalhos sem remuneração 5,5% e o trabalho em casas da família com 5,3%. As mulheres se encontram concentradas nos trabalhos onde há menos remuneração.

A situação económica mais desfavorável às mulheres vê-se confirmada pela diferença de rendimento. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2009, em 2007 o rendimento per capita em Cabo Verde é de 3.041 USD, sendo de 4.152 USD para os homens e 2.015 USD para as mulheres.

De forma a melhorar as condições de acesso das mulheres ao trabalho, estão sendo implementados, desde 2008, projectos que visam a sua formação e empregabilidade. Neste sentido, foram criados em parceria com as organizações da sociedade civil, três Gabinetes de Orientação e Inserção Profissional da Mulher (GOIP Mulher) a nível do país, para favorecer a emancipação (autonomia e capacidade) da mulher, numa perspectiva de desenvolvimento e de luta contra a pobreza.

Neste momento a intervenção está dirigida a impulsionar o desenho duma política macro económica incorporando os diversos papéis de mulheres e homens na actividade económica, assim como o aprofundamento dos conhecimentos sobre as dinâmicas sociais construídas que bloqueiam o acesso diferenciado de homens e mulheres às fontes de rendimento e aos recursos económicos.

4. Promoção e Autonomia das Mulheres no exercício do poder

A promoção e autonomia das mulheres, esta correlacionada não somente com a educação, situação do emprego, e controlo sobre os rendimentos mas também com o poder de decisão na esfera privada e pública, a participação da tomada de decisão e o controlo que a mesma tem sobre o domínio familiar e individual.

4.1 O exercício do poder público

4.1.1 Participação das mulheres na política e no poder público

À mulher é reconhecido um papel importante na gestão e desenvolvimento da família, entretanto em relação ao seu estatuto como actor de desenvolvimento do país em vários outros domínios e a sua representatividade em órgãos de decisão é mínima.

Pode-se sempre associar a não integração efectiva da mulher na esfera pública ao seu papel reconhecido tradicionalmente como reprodutivo e gestora da família no lar. Também na vida privada as normas culturais e sociais contribuem para a perpetuação de práticas que possibilitam que os homens assumam os papéis de destaque e exerçam o controlo dentro da família.

Sem dúvida, temos que associar o distanciamento das mulheres dos órgãos de decisão, com a situação diferenciada que existe perante o controlo dos recursos, do trabalho e dos benefícios deste, já que esta situação influencia negativamente no desenvolvimento da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e no acesso ao poder, contribuído para a discriminação da mulher.

Analisando os resultados das últimas eleições legislativas (2006) num universo de 72 deputados com assento no Parlamento, somente 11 mulheres foram eleitas – 15,1%. Todavia houve um ligeiro aumento em relação a 2001, em que foram eleitas 8 mulheres – 12,5%. Entretanto em 2009 aumentou para 13 o nº de mulheres no Parlamento -18,1%, isto devido ao processo de substituição, sendo que algumas mulheres eleitas, não assumiram o mandato, por exercerem outros cargos, por exemplo nos governos central e local.

Os resultados, das eleições legislativas de 2006 e autárquicas 2008, revelam que a participação das mulheres no plano público e político tem aumentado ligeiramente, contudo é um dos domínios onde se manifesta uma situação de profunda desigualdade em desfavor das mulheres.

Assim, para mudar o cenário da participação desigual na esfera política, o Governo através do mecanismo nacional para a igualdade de género, em 2008 conjuntamente com as organizações femininas mobilizou o país à volta de uma forte campanha de advocacia. O objectivo foi aumentar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão em geral e especificamente para o aumento da percentagem (30%) de mulheres em lugares elegíveis nas listas para as eleições autárquicas de 2008. Materializou-se assim uma das medidas do Plano Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, com vista a encorajar a participação das mulheres no processo eleitoral, nas actividades políticas e na tomada de decisões.

Entretanto não obstante os esforços os resultados das eleições autárquicas ficaram longe do resultado pretendido (22%). Todavia a campanha teve um efeito muito positivo no nível do poder executivo: pela primeira vez na história do país dois elencos governamentais sucessivos (2008 e 2009) apresentam uma configuração paritária (50%). Nestes governos, áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, como a justiça, a defesa nacional, a economia, as finanças públicas, e a descentralização e ordenamento do território são ocupadas por mulheres.

Outra estratégia implementada para aumentar a participação feminina no poder político foi o apoio as autarquias para a implementação de políticas municipais com uma abordagem de género. Além de permitir que dois municípios (Praia e Paúl) elaborassem o respectivo PMIEG, (Plano Municipal para Igualdade Equidade de Género) possibilitou que se incentivasse, a nível da Associação Nacional dos Municípios, no âmbito do cumprimento dos Objectivos do Milénio, que cada município tenha o seu Plano Municipal de Igualdade e Equidade de Género.

Também foi reforçada a parceria com a Rede de Mulheres Parlamentares, para que continue o seu trabalho de congregar esforços, independentemente da filiação política, para que a abordagem género seja introduzida em todas as áreas de acção da Assembleia Nacional.

QUADRO 6

PODER	ANO	
	2006	
Legislativo	M	H
	11	61
2008		
Autárquico	M	H
	108	378

AS MULHERES NA LEGISLAÇÃO

O Código Laboral, 2008 O Capítulo III do Código Laboral, dedicado aos direitos das mulheres é uma das grandes conquistas na abordagem do trabalho das mulheres. Reconhece o emprego doméstico como categoria profissional, na sequência da realização, pelo mecanismo nacional de promoção da igualdade de género, de um estudo sobre a situação das empregadas domésticas (4º. nicho de emprego das mulheres no país).

Lei que regula as Micro-Finanças, Setembro 2007, reconhece a micro-finanças um papel fundamental no combate à pobreza e a exclusão social, conseqüentemente, ao empoderamento económico das mulheres.

Lei de Publicidade, Dezembro de 2007, Proíbe a publicidade que contenha qualquer discriminação em relação ao sexo.

Resolução nº 124/VII/2010, de 22 de Março. A Assembleia Nacional ratificou a **Carta Africana da Juventude**. Vincula a acção do estado à implementação de medidas, entre as quais, *“oferecer um sistema de ensino que não impeça as raparigas, incluindo as casadas e as que se encontram em estado de gravidez, de prosseguir os seus estudos”*.

Resolução 26/2010, que aprova os **Princípios do Bom Governo das Empresas**. Estipula que *as empresas detidas pelo Estado devem adoptar planos de igualdade, após um diagnóstico da situação, tendentes a alcançar nas empresas uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional”*.

Lei Especial sobre a VBG, Julho de 2010. O bem jurídico tutelado é objectivamente determinado: a igualdade de género, posta em causa através das manifestações de discriminação assentes em relações de poder desiguais.

Lei sobre o Sistema Nacional de Habitação Social, um dos objectivos estratégicos é de uma protecção especial no acesso à habitação de mulheres chefes de família e de Jovens.

QUADRO 7: Mulheres e Homens em altos cargos - 2009

FUNÇÕES	MULHERES	HOMENS	TOTAL	%
Membros do Governo	8	8	16	50%
Mulheres no Parlamento	11	61	72	
Magistrados Judiciais Públicas	3	4	7	0,8
Altos cargos na Função	37	69	106	0,5
Mulheres na Função Pública	10.670	11.252	21.922	
Altos cargos nos Partidos Políticos	38	137	175	0,3
Altos cargos nas Associações de Comercio	1	4	5	0,3
Altos cargos nas Associações Patronais	15	57	72	0,3
Altos cargos nos Sindicatos Profissionais	3	5	8	0,6
Mulheres nas Câmaras Municipais	29	111	140	
Mulheres nas Assembleias Municipais	79	277		
Mulheres na Diplomacia	2	12	14	

Fonte: Dados compilados para o relatório CEDAW, Cabo Verde – 2010.

No domínio do poder público destaca-se ainda o papel do ICIEG como organismo público responsável pela igualdade de género e o trabalho que vem desenvolvendo e que conta com a vontade política firme em implementar e fomentar a igualdade de género e autonomia das mulheres.

4.2 Exercício do poder privado

4.2.1 A violência contra a mulher

O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) em parceria com o ICIEG introduziu, no Inquérito sobre Saúde Sexual e Reprodutiva em 2005, variáveis que permitem obter dados fiáveis e objectivos referentes a situação da violência exercida pelos homens sobre as mulheres e os mecanismos de controlo utilizados.

De acordo com esse inquérito, em Cabo Verde cerca de 22% das mulheres inquiridas, com idade compreendida entre 15-49 anos, afirmaram serem vítimas de VBG. Os índices mais elevados verificam-se na ilha do Fogo com 34%, seguido de Santiago com 27%, e do Sal com 25%. O menor índice encontra-se na ilha de S. Vicente. O maior índice de incidência da violência se dá entre as mulheres divorciadas ou separadas, com 37%. Entre as unidas é de 25% e entre as casadas de 16%.

Uma (1) em cada 5 mulheres refere ter sido vítima de violência doméstica (IDSR II). Quanto ao tipo de violência, 19% das mulheres referiram ser vítimas de mais de um tipo, 16% de violência, 14% emocional ou psicológica e 4% sexual. Esses dados vem reforçar a preocupação e o combate a problemática VBG.

Em 2007 o Ministério da Justiça em parceria com o ICIEG, elaborou o Plano Nacional de Combate à Violência Baseada no Género (PNVBG), abrange o período 2007-2011, é o instrumento de operacionalização do PNIEG nesta área. Estabelece como objectivo geral contribuir para o combate à violência baseada no género, para a promoção da igualdade de género e o reforço da autonomia das mulheres. Os objectivos específicos, destacam a criação de mecanismos institucionais de prevenção da violência baseada no género, de protecção e reinserção de vítimas e vítimas agressoras, e o desenvolvimento de acções que promovam uma mudança de mentalidade.

O PNVBG conta com quatro anos de implementação. Nesse período deu-se continuidade à criação e funcionamento de Redes Locais de Apoio às Vítimas de Violência Baseada no Género, estando implementadas em 5 das 9 ilhas habitadas do arquipélago (Santiago, S. Vicente, Fogo, Sal e Santo Antão), garantindo o apoio jurídico, psicológico, social, policial e médico gratuito. De acordo com os dados disponíveis, desde 2006, foram atendidas pela rede 3.273 mulheres. Do total de atendimentos 19,6% foram realizados em 2007; 27,8% em 2008; 36,9% em 2009, e 15,5% no primeiro trimestre de 2010. O aumento dos atendimentos mostra que as mulheres estão a consciencializar que a violência baseada no género é um fenómeno de desigualdade e fundamentada em relações desequilibradas de poder, por isso procuram apoio para romper com o ciclo e recomeçar.

Paralelamente às redes, funcionam 6 Gabinetes Policiais Especializados de Atendimento as Vítimas de VBG – dois dos quais na capital do país (cidade da Praia). Para além de medidas estruturais como as redes e gabinetes de apoio criam-se também campanhas de sensibilização e informação, para consciencialização da sociedade no geral para o combate a este mal social.

Para além das Redes de atendimento e de apoio destaca-se a constituição em 2009, da Rede “Laço Branco Cabo Verde”, que é uma rede de homens das mais variadas áreas de formação e de actuação, que se caracteriza pelo forte engajamento na promoção da igualdade de género, e fomenta alianças com outras instituições/organizações da sociedade civil que se posicionam a favor dos direitos humanos e contra a desigualdade de género e a todas suas manifestações, especialmente a Violência Baseada no Género (VBG).

A Rede Laço Branco, integrada por mais de 60 homens, utiliza como estratégia de actuação a desconstrução de estereótipos de género relacionados com a assumpção plena da paternidade, bem como do estatuto de superioridade dos homens sobre as mulheres.

As Casas de Direito são estruturas do Ministério da Justiça que apoia, com ajuda jurídica gratuita os grupos vulneráveis principalmente as mulheres e principalmente as vítimas de VBG. Nas Casas de Direito, as denúncias sobre violência doméstica tem vindo a diminuir (representavam 30,3% das denúncias em 2008 e 19,3% em 2010), enquanto os processos sobre pensão de alimentos (de 42,5% para 50,8%) e paternidade (de 6,4% para 18,2%) têm aumentado. Esses dados demonstram que as mulheres estão cada vez mais informadas e conhecedoras dos seus direitos e o facto de estarem a buscar justiça para a responsabilização paternal é extremamente importante.

QUADRO 8: Processos apresentados por mulheres nas Casas de Direito

Tipificação do caso	Casas de Direitos - Processos			
	2008	2009	2010	Total
Violência Domestica	165	118	119	402
Agressão	93	102	124	319
Pensão de Alimentos	231	305	441	977
Violação	20	24	26	70
Paternidade	35	125	158	318

Fonte: Relatório das Casas de Direito Julho. 2010

Entretanto para além de todas essas medidas, destaca-se a criação e aprovação na generalidade pela Assembleia Nacional da lei especial VBG em Julho de 2010. Ela preconiza as medidas para a efectivação do Princípio da Igualdade de géneros. A ordem jurídica ganha a diversos níveis pois o presente projecto visa abordar multidisciplinarmente a questão da VBG, abrangendo tanto os aspectos sociais, de sensibilização, prevenção, educação, atenção à vítima, emancipação da mulher e repressão dos crimes, bem como os aspectos civis que incidem sobre o âmbito familiar, jamais olvidando que a conquista da igualdade e do respeito pela dignidade humana e pela liberdade das pessoas tem que se estabelecer como objectivo primário para a consagração dos resultados pretendidos. Determina a assunção pelo Estado e demais entidades públicas de uma série de acções, encurta os prazos, simplifica a forma do processo, obriga ao reforço da tutela institucional desta problemática, isto é, à criação ou reforço das estruturas e recursos disponibilizados, dentre outras medidas.

5. DESAFIOS

Poderemos concluir, de acordo com os dados acima mencionados, que nos últimos dez anos houve avanços significativos na conquista da equidade de género; e várias estratégias e políticas sectoriais contemplaram a abordagem género de modo transversal.

Neste momento os principais desafios que por grandes áreas são:

Educação formal

- Manutenção do equilíbrio no acesso e permanência de rapazes e raparigas na educação formal, especialmente no Ensino Secundário;
- Monitorização constante da situação, pois num país como Cabo Verde, com tradições culturais que impõem às mulheres o papel de principal provedor da família, em casos de escolha necessária, serão as mulheres as principais atingidas;
- Mudança das posturas e das práticas, em termos de relações de género nos espaços educativos;
- Revisão dos manuais para a eliminação dos estereótipos sexistas;
- Apoio as mães adolescentes para garantir a continuação dos estudos;
- Acesso das raparigas e mulheres ao ensino técnico e científico.

Alfabetização

- Diminuição das taxas de analfabetismo das mulheres;
- Acesso privilegiado das mulheres a formações profissionalizantes; e
- Animação comunitária dirigidas à construção de novas formas de encarar as relações de género e à afirmação das mudanças necessários aos papéis tradicionais desempenhados por homens e mulheres.

Emprego e situação económica

- Introdução no Plano Estratégico do Instituto de Emprego e Formação Profissional da perspectiva de género, a fim de que a sua implementação possa contribuir ao desenvolvimento de oportunidades iguais para mulheres e homens no acesso ao mercado de emprego;
- Aprofundar o conhecimento sobre as dinâmicas sociais construídas que bloqueiam o acesso diferenciado de homens e mulheres as fontes de rendimento e aos recursos económicos; e
- Implementação de políticas activas de emprego.

Participação das mulheres nos órgãos de decisão e de poder

- Aumento do número de mulheres em todas as instâncias de poder, quer legislativo, quer executivo, quer municipal;
- Desenvolvimento de acções de sensibilização e formação em matéria de equidade de género no seio dos partidos políticos e dos decisores; e
- Desenvolvimento de acções específicas, dirigidas às mulheres sobre participação e liderança, de forma a propiciar um clima favorável a implementação do Código eleitoral.

Violência contra as mulheres

- Diminuição da incidência de actos de violência contra às mulheres;
- Reforço das estruturas especiais de atendimento às mulheres vítimas de violência;
- Implementação da Lei Especial VBG.

6. Medidas /propostas para realizar atempadamente o ODM III

- Implementação do Plano Estratégico de Educação, dando especial atenção, no que tange à revisão dos currículos e manuais, à capacitação dos professores em matéria de género;
- No que respeita à alfabetização, deverá apoiar-se este subsistema para atingir a meta preconizada até 2015 de reduzir a taxa de analfabetismo para 12%, com especial ênfase na alfabetização da camada feminina e no desenvolvimento de actividades de animação comunitária;
- Implementação do Plano Estratégico do Instituto de Emprego e Formação Profissional e apoio institucional para a introdução da perspectiva de género na implementação do mesmo;
- Criação e Implementação do Programa Coesão Social Mulheres o desenvolvimento de políticas que estimulem a inserção das mulheres no mercado de emprego;
- Apoio às organizações não governamentais de promoção da igualdade de género, para realização de projectos relacionados a promoção e autonomia das mulheres ;
- Apoio à Rede de Mulheres Parlamentares, para continuar o seu trabalho, de congregar os esforços das mulheres parlamentares, para a promoção de mecanismo de paridade a nível de cargos legislativos e executivos;
- Implementação do Projecto Orçamento sensível ao Género, para garantir a transversalidade da abordagem género em todos os sectores;
- Apoio a implementação do Plano Nacional de VBG;
- Apoio a implementação da Lei VBG.



ODM IV

Reduzir a Mortalidade de Crianças Menores de 5 Anos⁸

META

Reduzir em dois terços, entre em 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos

Indicadores:

- *Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos*
- *Taxa de mortalidade infantil*
- *roporção de crianças de ano vacinadas contra o sarampo*

Os investimentos consentidos no sector da saúde particularmente os orientados para a expansão da infra-estruturação e aquisição de equipamento e formação de recursos humanos capaz de intensificar a capacidade nacional de diagnóstico constituem medidas estruturantes que permitiram fazer face a diferentes problemas e, em particular o surto da epidemia da Dengue. Actualmente a prioridade vai para a criação de condições de prestação de serviços diferenciados de cuidados terciários de saúde para atender a um perfil epidemiológico em transição para as doenças não transmissíveis.

A dinâmica imprimida ao sector da saúde ao longo dos vários anos teve um impacto positivo sobre o estado de saúde das populações. Os principais indicadores de base do estado de saúde das populações, particularmente no que se refere às taxas de mortalidade geral, de mortalidade infantil e de esperança de vida à nascença melhoraram de forma sustentada e apresentam uma tendência para melhorias acrescidas.

Análise da situação e tendências

A mortalidade de crianças menores de 5 anos foi reduzida de 56 por mil nados vivos no período 1988-1993 (IDRS 1998) para 31,9 por mil em 2000 (Censo 2000). Diminuiu para 27,1 por mil em 2005 e situa-se em 2009 em 23,7 por mil (Relatório Estatísticas de Saúde 2009). Reduzir em dois terços a mortalidade nas crianças, no horizonte 2015, conforme os OMD, implica reduzir o valor da taxa para 18,8 por mil em 2015.

⁸ Fonte: Relatório do sector da Saúde. Estado da Nação 2010.

A mortalidade infantil passou de 42 por mil nados vivos (IDRS 1998) para 26,2 em 2000 (RGPH, 2000), baixou para 24,1 em 2005 e situa-se em 20,1 por mil em 2009, correspondendo a uma redução de mais de metade. Para se atingir a meta dos OMD esse indicador deve descer para 14 por mil.

As causas de morte de menores de cinco anos em 1994 reportam a causas infecciosas e parasitárias que representavam 31% de todas as causas de morte nesse grupo etário e as afecções perinatais representavam 21%. Em 2009 as afecções perinatais correspondem a 48% e as causas infecciosas e parasitárias representam 17%.

As afecções perinatais representaram 55% de todas as causas de morte em menores de 1 ano. O peso das afecções perinatais na mortalidade dos menores de cinco anos clama por intervenções dirigidas para esse problema, privilegiando a atenção pré-natal e pós-natal e a melhoria da assistência ao parto. A partir de 2005 os dois hospitais centrais do país passaram a prestar serviços de neonatologia.

Desde 1997/98, altura em que houve uma epidemia de sarampo, apenas foram notificados 1 caso em 1999, 2 em 2000 e 1 em 2004. A proporção de crianças menores de 1 ano vacinadas contra o sarampo, segundo inquérito de avaliação da cobertura vacinal realizado em Abril de 2010, foi de 94%.

Uma avaliação externa do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva foi conduzida em 2007 e em 2010 será concluída uma avaliação das actividades relacionadas com os cuidados obstétricos e neonatais de urgência nos 5 hospitais (centrais e regionais) e em 11 dos 22 centros de saúde que oferecem serviços de partos.

Foram realizados Cursos de “Atenção Integrada das Doenças da Infância” para os executores da Estratégia AIDI, estratégia concebida pela OMS e orientada para a redução da mortalidade infantil e juvenil.

Medidas para a realização e consolidação dos objectivos

- Ultrapassar os 90% de cobertura vacinal a nível nacional dos menores de 5 anos;
- Reduzir a morbilidade e a mortalidade infantil;
- Introduzir de novas vacinas; e
- Attingir 75% de aleitamento exclusivo até 6 meses de idade.

As estratégias adoptadas para atingir tais objectivos estão orientadas para:

- Criação de condições humanas, técnicas e materiais, em cada estrutura de saúde, para a prática de uma “atenção integrada às doenças da infância”, AIDI, adoptada pelo país, incluindo os cuidados neo-natais;
- Reforço da capacidade de resposta do Programa Alargado de Vacinação (PAV) incluindo a introdução de novas vacinas;
- Garantia dum mecanismo eficaz de vigilância e resposta das doenças preveníveis por vacina, no quadro da vigilância integrada das doenças com potencial epidémico;
- Reforço das actividades de Informação Educação e Comunicação (IEC) orientadas para a sobrevivência da criança; e
- Utilização de tecnologias apropriadas, normas e procedimentos na prestação dos serviços de atenção pré-natal, durante o parto e pós-natal.



ODM V *Melhorar a Saúde Materna*

META 1

Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, o índice de mortalidade materna

Indicadores:

- *Taxa de mortalidade materna*
- *Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado*

META 2

Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva

Indicadores:

- *Taxa de prevalência contraceptiva*
- *Taxa de natalidade na adolescência*
- *Cobertura dos cuidados pré-natais (pelo menos 1 consulta e pelo menos 4 consultas)*
- *Necessidade não satisfeita em matéria de planejamento familiar*

Análise da situação e tendências

As oscilações anuais das taxas de mortalidade materna têm sido grandes entre 2000 e 2009. Ao se agregar os dados médios anuais, pode-se constatar que no período 2005-2009 a taxa média de mortalidade materna terá sido de 28,9 por cem mil nascidos vivos, enquanto no quinquênio anterior fora de 41,9 por cem mil nascidos vivos.

GRÁFICO 3: Mortalidade materna por 100,000 Nascidos Vivos 2000 a 2009



Partindo da taxa de mortalidade materna em 1995 que foi de 69,1%, a meta a atingir em 2015 seria de 17,3%. Para se atingir o objectivo do milénio em 2015, seria desejável um esforço consistente de melhoria da atenção pré-natal e ao parto para se poder manter uma regularidade na redução deste indicador.

Segundo o Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva de 1998 (IDRS) a cobertura do pré-natal é praticamente universal. Do total de crianças nascidas vivas nos cinco anos anteriores ao inquérito, cerca de 97% das suas mães tiveram acesso a esse importante componente da saúde durante a gravidez. O IDRS II de 2005 confirma que 98,1% de parturientes demandaram a consulta pré-natal, sendo 98,4% no meio urbano e 97,8% no meio rural.

Em 1998, por cada 100 partos, perto de 53 foram assistidos por profissionais de saúde e 35 por parteiras leigas conforme o primeiro IDRS. O atendimento por profissionais de saúde é mais frequente no meio urbano (82%) do que no meio rural (36%). O IDRS II (2005) assinala progressos consideráveis pois cerca de 77,8% dos partos ocorreram em estruturas de saúde, sendo que em meio rural essa proporção foi de 63,5%.

Cerca de 72% das mulheres cuja gravidez terminou em nado vivo nos últimos 5 anos fizeram quatro ou mais consultas pré-natais ao longo do período de gestação contra 2,6% que não fizeram nenhuma consulta. O percentual de mulheres que fizeram mais de quatro consultas é maior no meio urbano (77%) que no rural (67%). Quanto às grávidas que não foram a consulta alguma não existem diferenças significativas segundo o meio de residência. O QUIBB2006 confirma também a cobertura quase generalizada dos serviços pré-natal. Cerca de 94% das mulheres que tiveram filhos nos últimos 12 meses declararam ter acedido a serviços pré-natal. Os dados administrativos revelam para 2009 uma cobertura de 88,4% na 1ª consulta com uma média de controlo de 5 consultas por grávida.

Quanto à prevalência contraceptiva constata-se que 44% das mulheres utilizam, pelo menos, um método contraceptivo o que representa um aumento de 7% entre 1998 e 2005. Especificamente no que tange aos dados registados pelos Serviços de Saúde Reprodutiva, a prevalência da protecção contraceptiva foi de 28,6% em 2007, 29% em 2008, e 31,7% em 2009. De realçar que esse dados não levam em conta a procura pelos serviços de contracepção das ONG e de privados.

A gravidez na faixa etária dos 15 aos 17 anos tem sido seguida, calculada sobre o número de grávidas que tiveram pelo menos uma consulta pré-natal. Segundo dados do Ministério da Saúde em 2000 a taxa de gravidez na adolescência foi de 11,4%, 12,5% em 2005 e 14,7% em 2009 o que aponta para uma tendência crescente.

Medidas para a consolidação dos objectivos

Na esteira das orientações da Política Nacional de Saúde, uma estratégia de atenção integrada à saúde da mulher [AISM] está a ser implementada desde 2006 com base nas recomendações que visam adequar as estruturas de saúde, a capacidade técnica e a produção de instrumentos para a melhoria da prestação de cuidados integrados da saúde da mulher.

Propõe-se a implementação dos protocolos dos Cuidados obstétricos e neo-natais de Urgência [CONU], em todas as estruturas vocacionadas para a prestação de cuidados de parto e conforme os níveis;

Constitui factor importante na promoção da saúde da mulher a disponibilização de informação e educação sobre saúde reprodutiva a todas as pessoas activas sexualmente.



ODM VI

Combater o VIH/SIDA, a Malária e Outras Doenças



META1

Parar, até 2015, a propagação do VIH/SIDA e começar a inverter a tendência presente

Indicadores:

- Taxa de prevalência do VIH entre a população de 15 a 24 anos
- Uso de preservativo, pelo menos, na última relação sexual de alto risco
- Percentagem da população de 15-24 anos, com um conhecimento completo e correcto sobre o VIH/SIDA
- Taxa de escolarização das crianças órfãs em relação às crianças não órfãs de 10 a 14 anos de idade.

META 2

Atingir, até 2010, o acesso universal ao tratamento do VIH/SIDA por parte de todas as pessoas que dele necessitam

Indicador:

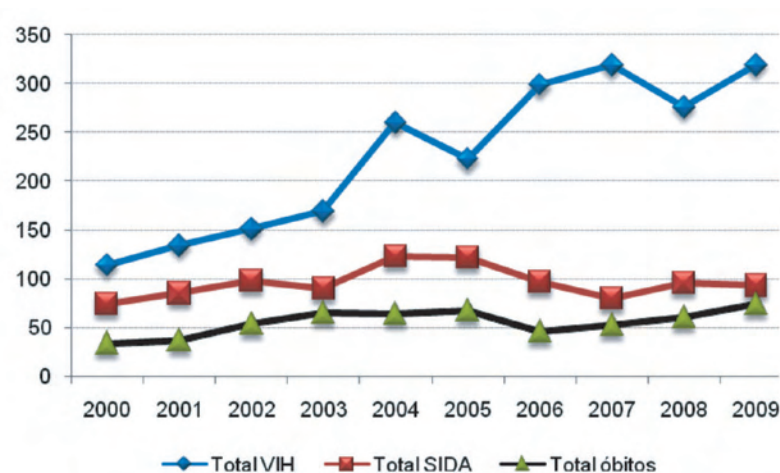
- Percentagem de população com infecção por VIH em estado avançado, que têm acesso a medicamentos anti-retrovirais

Análise da situação e tendência

Num mundo em transformações climáticas e experimentando aquecimento o global, o comportamento de certas epidemias e infecções pode ser negativo e o país tem de estar preparado para os desafios que aparecerem, tal como a epidemia da Dengue que assolou o país em 2009. Investimentos substanciais vêm permitindo executar medidas estruturantes no sector da saúde, na vertente equipamento e instalações físicas orientadas para melhorar a capacidade de diagnóstico e tratamento.

A incidência dos casos de infecção VIH tem vindo a aumentar. A taxa de detecção de 6,2 por cem mil habitantes em 1995 passou para 17 por cem mil em 2000 e atinge 62,7 por cem mil em 2009.

Gráfico 4: Evolução da infecção VIH-SIDA e óbitos por SIDA, 2000 – 2009



Fonte: Relatório Estatístico da Saúde

QUADRO 9

Ano	População	Casos Novos VIH	Taxa Detecção
1995	385.253	37	9,6
2000	436.863	114	26,1
2005	475.465	223	46,9
2009	508.633	319	62,7

O Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDRS II) de 2005 indica que a taxa de prevalência de VIH/ SIDA é de 0,8%, sendo por sexo de 0,4% para as mulheres e 1,1% para os homens. No meio urbano essa taxa é de 0,9% e no meio rural é de 0,6%. Em 2007 a taxa de prevalência de VIH/SIDA em mulheres grávidas de 15-24 anos atingiu os 0,7%. A notificação de casos VIH/SIDA em 2009 permite concluir que 69% dos casos se situa entre os 15 e 49 anos de idade sendo o grupo etário mais atingido o de 30-34 anos com 14,9% dos casos.

O país não dispõe de dados epidemiológicos consistentes sobre a prevalência da infecção nos grupos de população com comportamento de risco.

A forma de transmissão do vírus é essencialmente heterossexual que corresponde a 80% dos casos notificados. A transmissão vertical representa 12,6%; e os usuários de droga seropositivos representam 0,9% do total dos casos diagnosticados.

Conforme o IDRS⁹ acima, 43% das mulheres e 67% dos homens afirmaram terem tido relações sexuais de risco nos últimos 12 meses, sendo 46% a proporção de mulheres que utilizaram preservativo enquanto a proporção de homens foi de 72%. Elevada é a percentagem de indivíduos que acreditam existir formas de evitar a infecção, registando-se contudo algumas diferenças por género: aproximadamente 88% das mulheres e 96% dos homens consideram que podem fazer algo para evitar contrair o VIH/SIDA. O Inquérito aos Indicadores de Prevenção de VIH-SIDA realizado em 2009 revela que 46,8% das mulheres e 41,6% dos homens na faixa etária dos 15 aos 24 anos rejeitam 2 crenças erradas em relação à transmissão ou à prevenção do VIH/SIDA e sabem que é possível a uma pessoa que aparenta boa saúde estar infectada pelo vírus.

Em 2005 a percentagem da população com infecção avançada de VIH sob tratamento com medicamentos anti-retrovirais foi de 24,2%.

O combate à pandemia do VIH/SIDA visa atingir os objectivos seguintes:

- Reduzir riscos de infecção e transmissão do VIH/SIDA entre a população carenciada incluindo órfãos e crianças vulneráveis e outros grupos vulneráveis tais como trabalhadores profissionais do sexo e utilizadores de drogas intravenosas (TPS e UDI) por uma melhoria no acesso à prevenção;

⁹ IDRS II página 169

- Reduzir a morbilidade e a mortalidade das pessoas vivendo com o VIH/SIDA entre os mais pobres, pela melhoria do tratamento e seguimento; e
- Melhorar a capacidade institucional para fazer face aos desafios do combate ao estigma e à discriminação, à implementação, seguimento e avaliação do programa de luta contra VIH/SIDA.

Medidas para a consolidação dos objectivos

Do ponto de vista estratégico a luta contra o VIH/SIDA visa:

- Apoiar as actividades das ONG's e associações reforçando-as no plano financeiro e organizacional através da participação de mediadores de saúde (ou promotores da saúde) formados; e aumentar o acesso aos serviços para os homens e mulheres mais pobres e vulneráveis à infecção pelo VIH-SIDA, tais TPS e UDI;
- Reforçar o comprometimento do Governo referente ao acesso universal à prevenção e ao tratamento anti-retroviral para todos os pacientes das populações mais vulneráveis;
- Reforçar as competências dos profissionais e a capacidade institucional dos serviços de saúde integrados, incluindo as ONG e Associações de Base Comunitária para uma progressão nas melhores condições e a breve prazo;
- Fortalecer o sistema de saúde qualificando os recursos humanos, adquirindo equipamento e medicamento para facilitar o acesso dos mais pobres e vulneráveis, particularmente das mulheres chefe-de-família, crianças e adolescentes em situação de rua e outros em situação de vulnerabilidade, UDI e TPS.

A luta contra o VIH/SIDA, com o apoio de todos os parceiros nacionais e internacionais, visa obter os seguintes resultados:

- 90% dos jovens entre os 15-24 anos usaram preservativo durante a sua última relação sexual com um parceiro não regular;
- 80% das mulheres grávidas têm acesso a aconselhamento e testagem para prevenção da transmissão vertical;
- 70% das doações de sangue serão provenientes de doadores regulares, voluntários e voluntárias; e
- 70% das PVVIH com doença avançada têm acesso a Tratamento Anti-retroviral.

META 3

Até 2015, ter controlado o paludismo e outras doenças graves e ter invertido a tendência actual

Indicadores:

- *Taxas de incidência e óbito associadas ao paludismo*
- *Percentagem de crianças menores de 5 anos que dormem sob um mosquiteiro tratado com insecticida*
- *Percentagem de crianças menores de 5 anos que têm febre e são tratadas com medicamentos antipalúdicos apropriados*
- *Taxas de incidência, prevalência da tuberculose e taxa de mortalidade ligada a esta doença*
- *Proporção de casos de tuberculose detectados e tratados no quadro de tratamentos de breve duração sob observação directa*

Combater o Paludismo - Análise da situação e tendências

O paludismo em Cabo Verde é instável, com uma transmissão sazonal, esporádica, de baixa incidência endémica, bastante variável de ano para ano, responsável por uma flutuação da morbilidade, com picos cíclicos, dependendo muito das chuvas. As chuvas têm uma relação directa com o aumento da densidade, longevidade e capacidade de infecção do vector.

Dada essa elevada vulnerabilidade e receptividade, o país ostenta um alto potencial epidémico do paludismo, pelo que o mesmo constitui um problema de saúde pública apesar das epidemias serem previsíveis, pois são conhecidas as causas passíveis de serem controladas.

Entre 1996 e 2007 foram notificados 798 casos de paludismo todos confirmados por exame parasitológico. Mais de 75% (608) foram classificados como autóctones da ilha de Santiago. Com um máximo de uma centena de casos autóctones, a incidência anual na ilha de Santiago nunca ultrapassou 0,5/1000 depois de 1996.

Em 2009 a taxa de incidência para toda a população foi de 13 por cem mil e a taxa de mortalidade de 0,4 por cem mil.

QUADRO 10: Evolução anual de casos autóctones por Concelho, 2000 – 2009:

Concelho	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Praia	21	95	11	38	25	47	49	2	20	27
Santa Cruz	0	2	0	3	6	5	0	0	0	1
Santa Catarina	0	3	0	3	1	2	10	0	0	5
Boavista	0	0	0	4	0	0	0	0	0	10
S. Miguel	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
R. Grande Santiago	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Total	21	100	11	48	32	54	62	2	20	46

Considera-se que 100% da população das zonas de risco têm acesso a meios de tratamento eficazes.

Medidas propostas para a consolidação dos objectivos

O país começou há vários anos a primeira transição para a sua erradicação de facto. A decisão política de eliminar o paludismo encontra-se expressa no documento de Política Nacional de Saúde, e espera-se que no ano 2015 se consiga atingir a redução da prevalência do paludismo a menos de 1 caso por mil habitantes.

Nesse sentido, propõe-se como objectivos:

- Tratar, de acordo com directrizes nacionais, todos (100%) os casos de paludismo confirmados nos focos activos e todos os portadores assintomáticos de gametócitos até 2015;
- Fortalecer o controlo do vector em todo o território, de acordo com estratos epidemiológicos. A luta anti-vectorial integrada será intensificada mais;
- Fortalecer o sistema de vigilância, acompanhamento e avaliação;
- Fortalecer a gestão institucional do Programa Nacional de Luta contra a Tuberculose.

O estabelecimento de parcerias será desenvolvido através duma estratégia de sensibilização, mobilização social e advocacia.

Resultados esperados:

1. Os casos suspeitos são testados por microscopia de qualidade controlada;
2. Os casos diagnosticados e com tratamento iniciado nas primeiras 24 horas pós- sintomas e segundo as instruções do guia de tratamento;
3. Disponibilidade de medidas preventivas a todos os viajantes provenientes ou com destino a zonas endémicas;
4. População coberta por pulverizações intra-domiciliares nos focos de transmissão;
5. Todos os viveiros larvares produtivos registados são cobertos por medidas de luta anti-larvares;
6. Todos os casos são notificados nas primeiras 24 horas;
7. Todos os casos suspeitos investigados e classificados; e
8. Base de dados georreferenciados de todos casos e focos em dia.

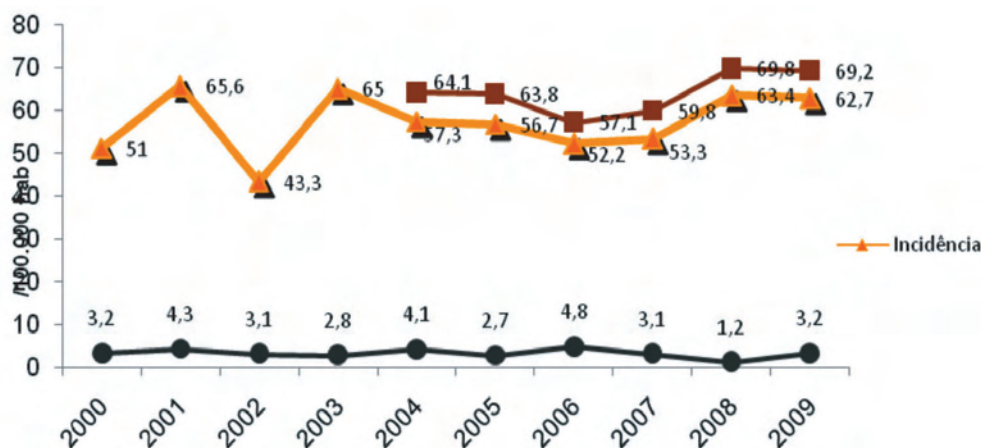
COMBATER A TUBERCULOSE E ATÉ 2015 INVERTER A TENDÊNCIA ACTUAL

Análise da situação e tendências

Nos últimos 10 anos, a incidência da Tuberculose tem-se mantido estacionária oscilando à volta de 60 novos casos por cem mil habitantes. De modo geral, a mortalidade por Tuberculose nesse período tem permanecido à volta de 3 óbitos por cem mil habitantes.

Não se regista um impacto evidente do VIH/SIDA sobre a incidência da tuberculose tendo em conta a evolução do número de casos novos e a mortalidade nos últimos 10 anos.

GRÁFICO 5: Incidência, Prevalência e Mortalidade por Tuberculose (todas formas): 2000-2009 (por 100.000 habitantes):



A debilidade das condições socioeconómicas do país, o elevado grau de pobreza particularmente no meio rural e zonas periféricas urbanas e a coexistência da epidemia do VIH/SIDA, que diminui a resistência do organismo das pessoas infectadas causando o aparecimento de formas mais graves de tuberculose, são factores condicionantes para a realização do objectivo do milénio.

A taxa de sucesso no tratamento de novos casos de tuberculose foi de 72% em 2008.

Medidas para a consolidação dos objectivos

O país implementa um Plano Estratégico de Luta contra a Tuberculose. Este plano estabelece as grandes linhas de acção para a oferta de serviços de saúde de qualidade no âmbito da luta antituberculosa com vista a diminuir a morbilidade e a mortalidade por tuberculose; e reduzir a transmissão da Tuberculose no país.

Este plano tem objectivos específicos audaciosos de curar pelo menos 85% dos novos casos, BK positivo, detectados; despistar 70% dos novos casos BK positivos, esperados anualmente; atingir uma cobertura do DOTS de 100%. A estratégia DOT, mundialmente aceite como a abordagem mais eficaz para o controlo da tuberculose, foi adoptada e introduzida progressivamente em Cabo Verde a partir de 1996.

Dois grandes eixos estratégicos enformam o Plano:

1. Reforço do sistema de saúde para apoiar a expansão e a qualidade da estratégia DOT. Tal reforço é prosseguido através do:
 - i. Reforço da capacitação dos recursos humanos na gestão do programa;
 - ii. Reforço da capacidade de efectuar diagnóstico;
 - iii. Garantia de um abastecimento regular em medicamentos antituberculosos de 1ª e 2ª linha e em reagentes e materiais de laboratório;
 - iv. Reforço da vigilância epidemiológica incluindo a vigilância da resistência aos anti-bacilares;
 - v. Reforço da supervisão, monitorização e avaliação; e
 - vi. Mobilização de recursos.
2. Reforço do envolvimento das comunidades e dos profissionais de saúde nos cuidados à tuberculose através do:
 - i. Desenvolvimento de intervenções no domínio de IEC (Informação, Educação e Comunicação);
 - ii. Mobilização de parcerias nacionais para a luta contra a tuberculose; e
 - iii. Reforço da colaboração intra-sectorial e intersectorial.



ENSURE ENVIRONMENTAL
STABILITY



ODM VII

Assegurar um Ambiente Sustentável: Biodiversidade, Abastecimento de Água e Habitação para os Pobres

META

Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a tendência actual de diminuição dos recursos naturais

- *Até 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas sem acesso duradouro a água potável.*
- *Até 2020, ter alcançado uma melhoria significativa das condições de vida dos desfavorecidos do país.*

Indicadores:

- *% da população com acesso sustentável a um sistema de abastecimento de água;*
- *% de terras cobertas por florestas;*
- *Áreas protegidas para manter a diversidade biológica; e*
- *Emissão de gases com efeito de estufa*

A preservação ambiental é eixo central da política de desenvolvimento sustentado. É garante de equidade entre as gerações.

A situação geográfica do país, a raridade dos recursos naturais e energéticos não renováveis, e o clima saheliano constituem factores de vulnerabilidade que delimitam o seu desenvolvimento. Pelas suas características geomorfológicas e climáticas o país apresenta um panorama ambiental que se diversifica de ilha a ilha, de acordo com as tipologias e as influências directas do clima. Fruto de uma gestão inadequada dos recursos naturais combinada com a variabilidade de certos parâmetros climáticos, constata-se uma enorme pressão sobre os recursos que acaba por acelerar o fenómeno da degradação ambiental. As causas da degradação ambiental são de ordem natural e antrópica (actividade humana).

O equilíbrio ecológico e ambiental de Cabo Verde é instável e frágil. O país é potencialmente vulnerável a desastres naturais nomeadamente erupções vulcânicas, tremores de terra e maremotos. A insuficiência de terra arável conduz a uma utilização intensiva dos solos, situação favorecedora da aceleração do processo erosivo. A pobreza afecta uma percentagem muito significativa das populações cujos meios de sobrevivência são sobre explorados, o que conduz a

pressão que ameaça o equilíbrio ecológico. Mas os **maiores desafios ambientais** actuais colocam-se a nível das mudanças climáticas, da protecção das zonas costeiras e da biodiversidade.

Face à problemática da variabilidade e dos impactos das mudanças climáticas o país, através do seu programa de acção nacional para a adaptação às mudanças climáticas, identificou os Recursos Hídricos, a Agro-silvo-pastorícia e as Zonas Costeiras/Turismo como domínios prioritários de intervenção. Toda a intervenção nesses domínios deve focalizar 1) o reforço das capacidades, 2) a promoção de actividades de investimento, e protecção e conservação no terreno, e 3) a investigação / acção para aperfeiçoar a resiliência populações e dos ecossistemas 4) Informação, Educação e Mobilização (IEM) dos intervenientes perante os riscos ligados às Mudanças Climáticas e Variabilidade Climática.

O objectivo do programa actual visa reduzir a vulnerabilidade do país face às consequências nefastas da variabilidade e das mudanças climáticas e criar condições de adaptabilidade de acordo com medidas urgentes e prioritárias sectoriais. As estratégias de intervenção sectoriais resumem-se nas seguintes acções:

- Promover a gestão integrada dos recursos hídricos a fim de garantir água para: as populações, a produção de alimentos, os ecossistemas e a indústria turística;
- Desenvolver a adaptabilidade dos sistemas de produção agro-silvo-pastoril de modo a melhorar a produção agrícola e promover a segurança alimentar das populações; e
- Proteger as zonas costeiras contra a degradação ambiental causada pelos eventos climáticos extremos e pela pressão antrópica a fim de assegurar uma gestão racional dos seus recursos.

Biodiversidade¹⁰

Devido a acontecimentos ambientais globais que a cada ano assumem proporções desastrosas, nomeadamente as mudanças climáticas, a biodiversidade animal e vegetal, vitais para a continuidade do homem na terra, têm vindo a diminuir.

A diversidade biológica cabo-verdiana experimenta uma enorme pressão de ordem natural e antrópica. A pressão antrópica tem vindo a agravar-se criando situações de desequilíbrio ambiental que põem em risco a sobrevivência das espécies. A degradação da biodiversidade tem como factores causais a caça animal e o pastoreio livre (o gado caprino e bovino exercem a maior devastação sobre o coberto vegetal e os habitats das espécies), a exploração de lenha e a colecta de espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, a utilização desregulada de espécies endémicas como forragem e fonte de energia e uso medicinal; a extracção descontrolada de areia nas praias e leitos das ribeiras; e o uso de explosivos na pesca.

QUADRO 11: Lista vermelha das espécies ameaçadas.

LISTA VERMELHA DE CABO VERDE	
Espécies ameaçadas	%
Angiospérmicas	26
Briófitas	40
Pteridófitas	65
Líquenes	29
Aves	47
Répteis terrestres	25
Coleópteros	64
Aracnídeos	57
Moluscos terrestres	59

Fonte: Sistema de Informação Ambiental

¹⁰ Programa de Acção Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas - 2008-2012; Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

A biodiversidade nacional apresenta-se como um recurso frágil. O risco de desaparecimento de espécies animais e vegetais tanto terrestres como marinhas, algumas delas endémicas, tem consequências ambientais e socioeconómicas que isso representa.

A maioria das espécies de aves terrestres, reproduzem após a queda das primeiras chuvas. Espécies como *Alauda razae*, *Acrocephalus brevipennis* e *Ardea purpurea bournei*, que são endémicas de Cabo Verde, e que se encontram em perigo de extinção de acordo com a lista vermelha, só têm sucesso reprodutivo nos anos de boa pluviosidade no arquipélago (Hazevoet, 1995; Tosco, 2000). Secas prolongadas podem levar ao desaparecimento total das mesmas.

Cabo Verde tem concentrado e dirigido os seus esforços de protecção da biodiversidade para a criação e manutenção de (47) áreas protegidas e estabelecimento de Parques Naturais. Estes esforços contam a assistência técnica e financeira do Global Environmental Fund (GEF). A superfície das áreas protegidas deverá atingir os 70% com o início de execução de um novo projecto que irá abranger as ilhas do Sal, Boavista, S. Vicente e Santo Antão. As intervenções a nível desses projectos e programas de protecção focalizam a preservação dos Habitats e conservação das espécies endémicas de CV, in-situ e ex-situ.

Em matéria de emissão de gases com efeito de estufa pode-se afirmar que a intensidade actual das actividades humanas em Cabo Verde não coloca risco acrescido de poluição para a atmosfera nem mesmo considerando a queima de combustíveis fósseis. As emissões de gases em Cabo Verde podem ser consideradas insignificantes à escala global. Mas isso não impediu o Governo de instituir medidas de política e regulação tendentes a controlar ou a manter um baixo nível as emissões com origem em electrodomésticos, a venda de combustível sem chumbo, etc. As outras fontes energéticas como o gás natural, o carvão e a lenha são utilizadas em menor escala e, por conseguinte, o risco de poluição do ar é mínimo. Para o caso da queima da lenha em ambiente pouco ventilado os perigos para a saúde individual (visão e aparelho respiratório) é potencial.

Por outro lado, a forma natural de poluição do ar a que Cabo Verde está sujeito prende-se com a circulação geral da atmosfera que, pela sua dinâmica, transporta até à nossa zona económica exclusiva uma bruma seca e poeira suspensa no ar originada a partir do sistema anticiclónico dos Açores e do centro ciclónico localizado na região ocidental do continente. Esta condição atmosférica é responsável pelo aparecimento de algumas afecções respiratórias e da visão e perturba as ligações aéreas, particularmente domésticas.

Em matéria de ambiente o ministério da educação é um parceiro importante particularmente no que respeita à educação ambiental. O MED em 2009 implementou, a nível da Educação Ambiental as seguintes acções:

(i) Formação/capacitação de profissionais de infância, professores do EB e ES a nível de Educação Ambiental; (ii) Produção e emissão de programas radiofónicos sobre Ambiente; (iii) Elaboração e distribuição de desdobráveis; (iv) Criação de clubes ecológicos; (v) criação e reabilitação de espaços verdes; (vi) Realização/promoção de vistas de estudos a sítios de interesse ambiental/ecológico; (vii) Promoção ao nível nacional da semana do ambiente com a realização de diversas actividades envolvendo professores e alunos e outras datas relacionadas com o ambiente (dia mundial do ambiente, dia da água, da árvore, biodiversidade, etc.); (viii) Realização do encontro Nacional de professores do Instituto Pedagógico de Cabo Verde com vista a traçar uma estratégia de implementação do Plano de Integração da Educação ambiental nos currículos do IP; (ix) Apoio a criação de Horto Escolar; (x) Formação nacional de "Facilitadores Ambientais"; (xi) Construção de 22 Fogões melhorados construído; (xii) Implementação de actividades de sensibilização ambiental.

Abastecimento de água

O carácter aleatório, a irregularidade e o défice de precipitações associados a sistemas de mobilização de recursos hídricos deficientes e o aumento do consumo da água pela população exercem pressão acrescida sobre a satisfação das necessidades em água para a agricultura, criação animal, construção civil, turismo, indústria, etc.

O potencial volumétrico de águas superficiais é consideravelmente superior ao volume de águas subterrâneas. Desafortunadamente, a exploração de águas superficiais é seriamente condicionada pelo tipo de escoamento, geralmente torrencial. A construção de barragem é parte da solução encontrada para mobilizar esse manancial superficial e ela tem permitido colocar maior disponibilidade em água para o desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento. Assim, no âmbito das intervenções do Governo no domínio da mobilização das águas superficiais está em curso a construção de novas barragens nas principais ilhas com potencial agrícola.

A construção, o reforço e a modernização das infra-estruturas de abastecimento de água potável da parte de vários intervenientes e de vários programas têm permitido mobilizar mais água incluindo água de rega e ligações domiciliárias

e têm permitido acesso acrescido e sustentável a esses serviços pela população das diferentes ilhas, diminuindo assim as disparidades entre concelhos, zonas rurais e urbanas.

As realizações em matéria de ligações domiciliárias de água potável contam com o contributo de vários parceiros nas diferentes ilhas. Este facto levou à necessidade de regulação e enquadramento da prestação de serviços neste domínio (ARE). De acordo com os principais resultados do inquérito ao emprego (IEFP/INE) de 2008 43% da população beneficiam de uma ligação à rede pública e 38% se abastecem em chafariz ou cisterna. As ilhas de Santo Antão, S. Vicente e Sal apresentam uma taxa de abastecimento de água potável com origem na rede pública superior à média nacional. A cidade da Praia e o resto de Santiago e bem assim a ilha do Fogo apresentam taxas de ligação inferior à média nacional. As ligações, particularmente em meio rural têm tido impacto importante sobre o rendimento e bem-estar das famílias pobres uma vez que muitas mantêm pequenas explorações hortícolas ao redor das habitações.

Em matéria de percentagem de terras cobertas por espécies florestais em Cabo Verde há a assinalar um período de intensa actividade de plantação de árvores a partir da independência, quando apenas 30 km² estavam arborizados, para se atingir 760 km² em 1995 altura em que abrandou o ritmo de plantação e a sua abrangência nacional e a prioridade foi para outros domínios como manutenção, reparação e limpeza das infra-estruturas, corte de saneamento e limpeza das áreas. A arborização cobre em 2007 841 km² e a orientação é para a sua gestão sustentada.

Habitação Social¹¹

A demanda por uma habitação condigna tem sido reforçada com a mobilidade e fixação das populações nas periferias dos centros urbanos, em áreas sem planeamento e sem infra-estruturas, em habitações ilegais e precárias, pelo colectivo dos agregados familiares no meio rural que não dispõem de recursos suficientes para assegurar a reabilitação das suas casas, quase sempre construídas sem projectos de arquitectura, com materiais de baixa qualidade, mas também por famílias emergentes, e por trabalhadores de rendimento médio que ante o progressivo aumento dos custos de habitação, e devido à mobilidade por razões profissionais e familiares, enfrentam dificuldades em aceder por compra ou arrendamento a uma moradia.

O ano 2009 foi eleito como o “Ano da Habitação”. Uma série de medidas e estratégias para promover a habitação social em todo o país está sendo tomada a fim de dar cumprimento gradual ao direito constitucional a habitação condigna, muito reivindicado pelas populações.

A política social de habitação é uma das prioridades das políticas públicas para os próximos anos. Ela já desencadeou a elaboração do Plano de Acção “Programa Casa Para Todos”¹² em 2008 em concertação com todos os municípios do país e que vai envolver os operadores do sector. O PA define a visão, a missão, os eixos estratégicos, as metas e um conjunto de programas e projectos que deverão resultar na redução efectiva do deficit habitacional nacional nos próximos anos. O objectivo é construir um total de 8.400 habitações até 2014.

O défice quantitativo de habitação foi calculado em 40.776 unidades e o défice qualitativo em 66.013 habitações. O programa Casa para Todos perspectiva para 2008 – 2013, reduzir o défice habitacional quantitativo em 20%, com a construção de 8.155 habitações e reduzir o défice habitacional qualitativo em 24%, com a reabilitação de 16.000 habitações.

No âmbito das realizações foi assinada uma Linha de crédito para a produção de Habitação de Interesse Social, no valor de 200 milhões de euros a executar em 5 anos. Na sequência, está-se em fase de lançamento dos primeiros projectos de construção e a identificação das áreas de implantação das habitações, na malha urbana ou nas áreas de expansão, num quadro de parceria e articulação entre o Governo e os Municípios. A parceria/articulação é benéfica para o arranque da execução da Linha de Crédito.

PROGRAMA CASA PARA TODOS - ACÇÕES REALIZADAS DURANTE 2009

O Programa de Luta contra a Pobreza no meio rural vem executando acções de reabilitação de habitações em ilhas e ou regiões onde o programa está presente. Mais de 80 contratos foram executados através de contratos da responsabilidade das Associações Comunitárias beneficiando 236 agregados familiares pobres num montante superior a 50 milhões de escudos. Vários outros parceiros públicos e privados têm acções na área de micro-realizações com enfoque para a restauração de moradias degradadas dos mais desfavorecidos.

No intuito de minimizar o deficit habitacional e melhorar as condições de vida da população cabo-verdiana, o MDHOT, tem assinado acordos de cooperação com as Câmaras Municipais em matéria de Construção e Reabilitação de casas

¹¹ Fonte: ministério da descentralização, habitação e ordenamento do território. NAPA citado anteriormente.

¹² Este é um programa vasto que contém vários subprogramas na vertente habitação como Habitar CV; Pro-Habitar; e Reabilitar, entre outros em outros domínios.

nos respectivos municípios. A meta é reabilitar cerca de 16.000 habitações de modo a reduzir em cerca de 20% o défice qualitativo em todas as ilhas do país, mas também permitir requalificações urbanas que levem saneamento, luz, água e espaços verde que permitam a melhor integração e relacionamento das famílias beneficiárias com o seu meio envolvente (habitat).

Para cumprir esses objectivos o Governo, durante os anos de 2008 a 2009 realizou cerca de 816 e 1.075 intervenções respectivamente, em parcerias com os municípios e associações.

Só a “Operação Esperança”, entre 2005 a 2009, já reabilitou cerca de 3.127 casas beneficiando cerca de 18.205 pessoas contribuindo significativamente para redução do défice habitacional e por conseguinte contribuir para redução da pobreza.

Acções orientadas para o cumprimento desta meta

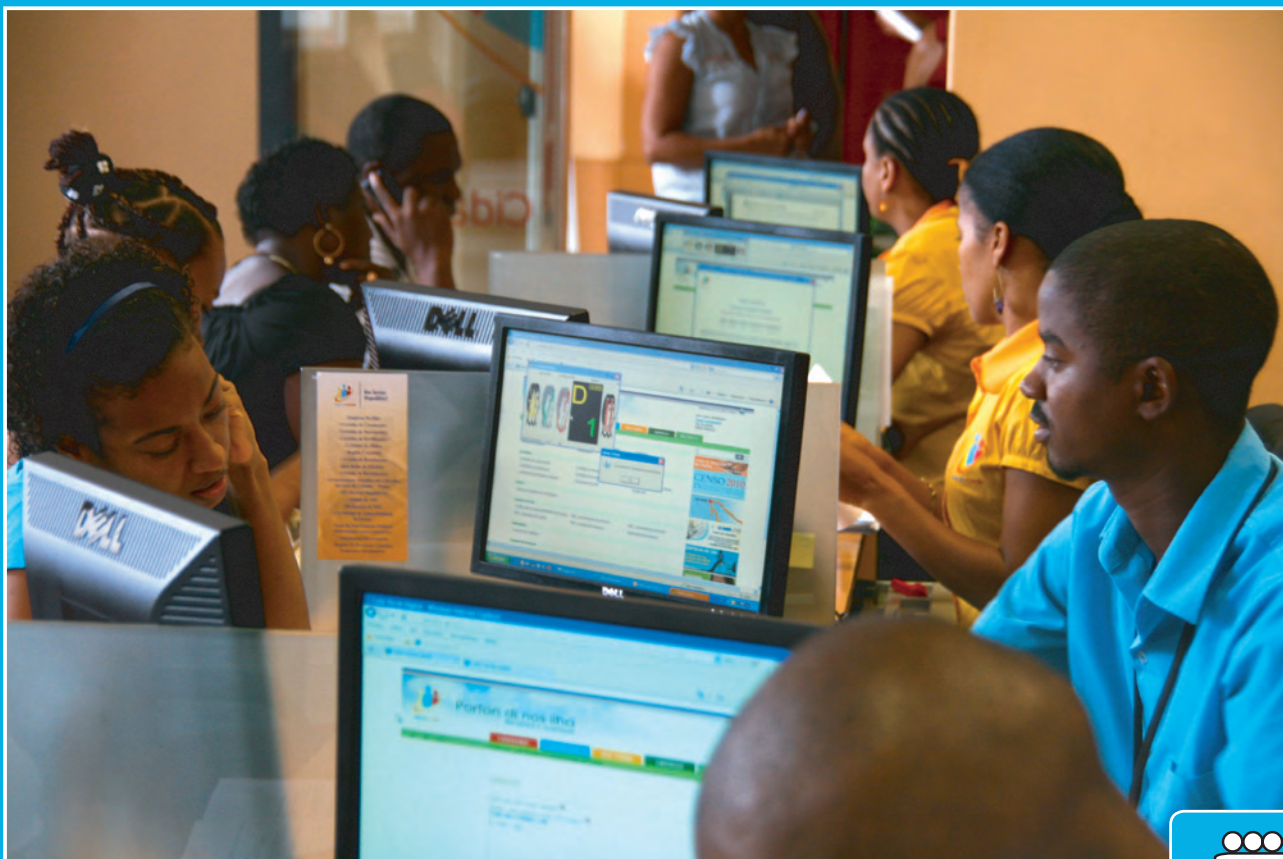
Em matéria de melhoria das condições de vida dos mais desfavorecidos e em termos de conforto, há a assinalar que o acesso à energia eléctrica tem melhorado significativamente da parte dos agregados familiares. Assim, ao tempo do Censo 2000 era de 50%; subiu para 59% aquando do IDRF2001/2002 e atinge 70% em 2006 e 74% em 2007¹³.

A percentagem de agregados familiares com acesso à água potável é de 85% e desses, 39% têm água canalizada em casa. Metade de todos os agregados familiares possuía casa de banho e retrete e 54% evacuam lixo através de contentor ou carro de recolha de lixo em 2006 (QUIBB).

Quanto à aquisição do saber, a oferta de estabelecimentos de ensino (pré-escolar e básico) está mais próxima dos assentamentos humanos. A distância a percorrer para se chegar a um estabelecimento de ensino é de menos de 15 minutos para 80% do efectivo estudantil. Actualmente 70% dos estudantes residentes no meio rural estão mais próximos de um estabelecimento de ensino. Há indícios de uma aparente correlação positiva entre a escolarização das crianças e o nível de conforto das famílias. Com a subida do nível de conforto, as famílias tendem a escolarizar mais as suas crianças.

A satisfação do requisito: “Até 2020 ter alcançado uma melhoria significativa das condições de vida dos desfavorecidos do país” exige a continuidade dos esforços desenvolvidos até agora.

¹³ QUIBB 2007



OMD VIII

Desenvolver uma Parceria para o Desenvolvimento

META1

Tratar globalmente dos problema da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas de ordem nacional e internacional adequadas de modo a tornar viável o seu endividamento a longo prazo

META2

Formular e implementar estratégias nacionais permitindo aos jovens de encontrar uma ocupação decente e produtiva

Indicador:

- *Taxa de desemprego dos jovens com idade compreendida entre 15-24 anos por sexo e por ilha*

META3

Negociar o acesso aos medicamentos e a preços acessíveis e tornar as novas tecnologias de informação e comunicação disponíveis a toda a população

Indicador:

- *Número de linhas telefónicas fixas, de telemóveis, de microcomputadores e internet por 100 habitantes*

META4

Desenvolver um comércio e sistema financeiro aberto, baseado em regras previsíveis e não discriminatórias

Contextualização

O exercício da avaliação do Objectivo VIII requer uma análise conjunta com a comunidade internacional sobre as políticas e medidas que visem a promoção de parcerias para o desenvolvimento sem descuidar a relevância da sinergia e interactividade de todas e, requer considerar a capacidade de Cabo Verde em promover políticas directas para as poder realizar.

A eficácia das parcerias, conjugada com os princípios de boa governação e com a estruturação bem definida dos sistemas económicos e financeiros, é um dos factores básicos para o cumprimento dos outros sete OMD.

A redução da diferença entre os níveis de desenvolvimento entre os países implica não só o estabelecimento das referidas parcerias como também a implementação efectiva de mecanismos e instrumentos eficazes para o efeito, assentes nas responsabilidades mútuas entre os países doadores e beneficiários.

Este entendimento ficou assente nos fora internacionais com destaque para a Cimeira de Monterrey (México, 2002) e Fórum Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda (Paris, 2005). Com efeito, o terceiro Fórum de Alto Nível (Accra, 2008) evidenciou a necessidade de se incrementar o volume da APD como forma de fomentar a eficácia da ajuda nos pontos-chaves seguintes: fortalecer a **apropriação** por parte dos países, construir **parcerias** mais eficazes e inclusivas, e enfatizar a responsabilidade mútua baseada em resultados de desenvolvimento.

A Graduação e novos desafios de desenvolvimento

Cabo Verde encontra-se numa nova era de desenvolvimento - graduação a país de rendimento médio - fruto de boa governação. Mas a graduação requer a criação de condições propícias para a internacionalização de serviços e conquista de maior competitividade e inserção numa economia global. O país está determinado em consolidar os ganhos alcançados, capitalizar o desenvolvimento social e modernizar a sua economia com base em serviços competitivos, com base na promoção de “novos” sectores de crescimento de forma a obter maior inserção na economia mundial. Para isso, o país tem de mitigar os índices elevados de vulnerabilidade para poder sustentar e elevar o seu nível de desenvolvimento.

Cabo Verde ambiciona ser uma plataforma internacional centrada em sectores estratégicos como o turismo, pescas (centro regional de processamento e comercialização), transporte (regional e transbordo de passageiros e carga), finanças (centro de serviços financeiros/pracsa financeira e de investimentos), cultura (“hub” de serviço da indústria cultural) e de promoção de serviços baseados no conhecimento.

Conforme referido no DECRP II, a transformação de Cabo Verde num centro de serviços internacionais deve assentar nos seguintes eixos estratégicos: a) Políticas e programas que promovam o aproveitamento inter-modal do conjunto porto - aeroporto para prestação de serviços internacionais; b) Oferta de serviços internacionais integrados, de modo a que as vantagens competitivas de uns compensem a relativa desvantagem de outros e as sinergias entre eles resultem em ganhos globais de competitividade; e c) Relativa especialização dos centros de prestação de serviços internacionais consoante suas vantagens competitivas.

META 1 – Dívida

Cabo Verde tem honrado o serviço da dívida externa de forma sustentável. Embora o grau de endividamento não seja ao mesmo nível dos países altamente endividados, mormente no contexto actual da graduação. O Governo vem apelando aos seus parceiros para o financiamento da redução da pobreza através da mobilização e investimento de recursos no reforço da capacidade de luta contra a pobreza e diminuição das vulnerabilidades, sendo que uma das vias privilegiadas é precisamente o conjunto de iniciativas que visam o alívio/reconversão e/ou a supressão da dívida.

Segundo a Direcção Geral do Tesouro conjugando a Conta Geral do Estado 2008 / 2009 com os dados Oficiais do BCV (Exportações), convertidos em dólares ao câmbio de 31-12 dos respectivos anos e considerando a dívida interna como sendo credor comercial, o stock total da dívida é como segue:

QUADRO 12

ANO	DÍVIDA	Multilateral	Bilateral	Comercial	TOTAL
2008	Escudos (milhões)	42.263	7.389	26.269	75.921
	Dólares EUA (milhões)	539,66	94,35	335,43	969,44
2009	Escudos (milhões)	46.120	8.897	28.161	83.178
	Dólares EUA (milhões)	598,92	115,54	365,70	1.080,16

Taxa câmbio de 31-12-20081 dólar = 78,314 escudos

Taxa câmbio de 31-12-20091 dólar = 77,005 escudos

QUADRO 13

ANO	DÍVIDA	Escudos (milhões)
2008	Stock da dívida	75.921
	PIB	117.977,20
	STOCK / PIB (%)	64,35
2009	Stock da dívida	83.179
	PIB	125.055,80
	STOCK / PIB (%)	66,51

A percentagem da dívida sobre o PIB mantém-se relativamente estável.

O serviço da dívida desses anos é retratado no seguinte quadro:

QUADRO 14

STOCK SERVIÇO DÍVIDA		
	2008	2009
Serviço	5.760	5.652
Exportação total	53.733	47.168
Exportação bens	8.643	7.144
Exportação serviços	45.090	40.024
Stock (serviço)/ Exportação total (%)	10,72	11,98

Meta 2 - Formular e implementar estratégias nacionais permitindo aos jovens e às mulheres, especialmente às raparigas, de encontrar uma ocupação decente e produtiva.

O desemprego, a pobreza e a violência atingem de forma particular as mulheres de todas as faixas etárias. O baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional das mulheres constitui, sem dúvida, um dos factores determinantes de tal situação.

Os resultados do Inquérito ao Emprego e Sector Informal (primeira fase) conduzido em finais de 2009 pelo Instituto de Emprego e de Formação Profissional e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), fazendo uso de uma nova abordagem, contabilizou uma população activa de 198.358 indivíduos. A taxa de actividade para indivíduos de 15 e mais anos de idade é de 56,3% a nível nacional, sendo de 58,8% na zona urbana e 52,7% na zona rural. A taxa de desemprego nacional é de 13,1% sendo 15,5% na zona urbana e 9,2% na zona rural. Na cidade da Praia e nas ilhas do Maio, Santo Antão e S. Vicente essa taxa é superior à média nacional. A taxa de desemprego segundo o sexo é de 12,9% para os homens e de 13,4% para as mulheres. A duração média do desemprego é de 16,4 meses sendo um pouco maior nas zonas urbanas (16,6) que nas rurais (16).

O inquérito ao emprego de 2008 alerta para resultados que indiciam redução ligeira da taxa de desemprego na população de 15+ anos, redução essa aparentemente de natureza conjuntural e para aumento sensível do desemprego nos indivíduos a frequentarem o ensino superior.

Entretanto, mediante a adopção de medidas e execução de políticas sectoriais a nível do emprego, da formação, das tecnologias de informação e de comunicação as autoridades continuam determinadas em reduzir a taxa de desemprego global para valores inferiores a 10% até 2011.

Neste sentido, estratégias estão sendo adoptadas e implementadas tendo em vista o desequilíbrio existente entre os géneros em termos de empregabilidade. De entre elas, destacam-se a garantia e facilidades de acesso das mulheres ao crédito para actividades geradoras de rendimento e a adopção do Programa Coesão Social 2010-2012, tendo como um dos objectivos cimeiros a melhoria das condições de vida de jovens especialmente mulheres chefe-de-família mediante acções de formação profissional. A parceria a estabelecer em matéria de criação de emprego deve sustentar a execução de estratégias capazes de permitir aos jovens encontrar emprego produtivo e assim reduzir a elevada taxa de desemprego entre os jovens e facilitar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Meta 3 – Negociar o acesso a medicamentos a preços acessíveis e tornar as novas tecnologias de informação e comunicação disponíveis a toda a população

Indicador: proporção da população com acesso a medicamentos essenciais; número de linhas telefónicas fixas, telemóveis, de microcomputadores e internet por 100 habitantes (desagregado por sexo).

Em relação ao acesso a medicamentos Cabo Verde regista uma evolução positiva. A protecção e previdência social vêm desenvolvendo esforços para alargar a cobertura e criar “regimes especiais” e estão a executar acções com vista à criação de um sistema de seguros de saúde de base comunitária nas áreas rurais capaz de melhorar o acesso a cuidados de saúde e a aquisição de medicamentos pela população rural. Para além disso, o Serviço Nacional de Saúde assegura a toda a população pobre e vulnerável acesso a serviços médicos e a medicamentos. De igual modo, os beneficiários dos sistemas de protecção social público e de base solidária têm assegurados o direito ao acesso a medicamentos.

Tendo sido seleccionado em 2009 para aceder ao financiamento do Fundo Global de combate ao HIV-SIDA, malária e tuberculose, o país passa a ter capacidade acrescida para garantir os meios necessários às campanhas de prevenção e adquirir medicamentos para a luta contra essas doenças.

Relativamente à promoção das tecnologias de informação e comunicação, o país tem dado passos significativos com enfoque para o recente programa “Mundu Novu” cujos objectivos são: modernizar o processo de ensino através da utilização das tecnologias de informação e comunicação; melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem; aumentar significativamente o nível de conhecimento dos cabo-verdianos; tornar o país mais competitivo na economia global e promover a equidade social na sociedade de informação, através da redução das assimetrias sociais e da infoexclusão.

Em termos de disseminação de tecnologias de informação e comunicação¹⁴:

QUADRO 15: Evolução do Parque da Rede de Telefonia Fixa

CV Telecom	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Parque Total	55.892	64.132	70.187	9.751	73.433	71.412	71.578	71.764	71.860
Analógico	54.644	62.342	67.787	6.885	70.061	67.682	67.546	67.730	67.380
Digital Equivalente	1.248	1.790	2.400	2.866	3.372	3.730	4.032	4.034	4.480
Taxa de Penetração	12,90%	14,20%	15,10%	15,60%	15,70%	15,00%	14,80%	14,60%	14,80%

QUADRO 16: Indicadores da Rede Móvel

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Assinantes	19.729	31.507	42.949	53.342	65.780	81.721	108.858	152.212	277.667
Taxa de Penetração	4,50%	7,20%	9,50%	11,60%	14,10%	17,20%	22,40%	30,97%	55,56%

QUADRO 17: Distribuição da Internet ADSL

Parque ADSL	Parque ADSL			Variação	
	2007	2008	Valor	%	
Praia	1.803	3.413	1.610	89%	
Assomada	115	215	100	87%	
Mindelo	775	1.439	664	86%	
Espargo	382	659	277	73%	
Santa Maria	235	372	137	58%	
Sal Rei	69	178	109	158%	
Fundo das Figueiras	0	0	0		
S. Filipe	77	192	115	149%	
...					
Cabo Verde	3.883	7.380			

¹⁴ Estatísticas do site da ANAC: www.anac.cv

A distribuição da Internet ADSL está concentrada nas maiores urbes do país: Praia, Mindelo, Espargos e Santa Maria na ilha do Sal e Sal Rei na Boavista e Assomada em Santiago e em S. Filipe, Fogo. De modo geral a expansão tem sido rápida nas diferentes todas localidades.

A distribuição da televisão por assinatura (TVA) tem um universo de 4.218 assinantes estando mais de metade concentrados na cidade da Praia. Assomada e Mindelo são as outras cidades onde estão o maior número de assinantes.

QUADRO 18: Distribuição da Televisão por Assinatura (TVA) - Lista Parcial

TVA	2008
Praia	2289
Assomada	365
Mindelo	376
Cabo Verde	4.218

Meta 4 – Desenvolver um comércio e sistema financeiro aberto, baseado em regras previsíveis e não discriminatórias

O contributo do comércio para a realização do produto (PIB) mantém uma tendência ascendente. À semelhança dos outros pequenos Estados Insulares em desenvolvimento, Cabo Verde regista uma balança comercial estruturalmente deficitária com uma base e volume de exportação muito reduzidos. A adesão à Organização Mundial do Comércio (Cabo Verde é membro nº 153) em 2008, para além de traduzir uma viragem na política económica e comercial é propiciadora da expansão do mercado e realização de negócios num ambiente mais seguro e estável e ainda traz a possibilidade de melhoria da qualidade de prestação de serviços. A adesão concede maior confiança aos investidores.

A ajuda ao comércio pode revelar-se catalisador de uma maior inserção e dinâmica dos países em desenvolvimento no comércio internacional, promovendo, desta forma, para a geração do emprego, o crescimento e redução da pobreza e, contribuindo desta forma para a realização do primeiro e oitavo ODM.

Neste contexto, Cabo Verde reitera não só o reforço da ajuda ao comércio como a melhoria da sua qualidade e eficácia, sobretudo ao nível regional, baseadas na definição de meios que asseguram uma redução mais sustentável da pobreza.

A mobilização de Parcerias e da APD para o cumprimento dos ODM

As parcerias a desenvolver pressupõem o reforço do diálogo político e das relações de cooperação com os países parceiros, organizações internacionais e outros agentes internacionais com os quais, o país perfilha os valores e princípios do direito internacional, da democracia, boa governação, respeito pelos direitos humanos, respeito pelo ambiente e da paz mundial.

O estabelecimento das parcerias deverá ter em consideração a sua especificidade, enquanto Pequeno Estado Insular em desenvolvimento e as vulnerabilidades associadas, seja no contexto da sua integração regional seja no contexto do seu relacionamento bilateral com países e outras organizações/ blocos regionais.

Desprovido de recursos naturais e fortemente dependente de remessas dos emigrantes e da ajuda pública ao desenvolvimento, Cabo Verde continua a contar com APD e com parcerias para assegurar a realização dos OMD.

A cooperação internacional, quer na sua vertente Norte/Sul quer Sul/Sul, constitui o instrumento para a mobilização de recursos externos para atender aos desafios de desenvolvimento socioeconómico do país.

Almeja-se que a APD, alinhada com as políticas estratégicas de desenvolvimento, assente nos princípios de previsibilidade e flexibilidade, e concessionalidade quando outorgada sob a forma de empréstimos.

De igual forma, estima-se que um novo paradigma da ajuda ao desenvolvimento canalizada em novos moldes se traduza no incremento do apoio directo ao orçamento e no acesso a novos mecanismo e ou instrumentos inovadores de financiamento.

Embora face à conjuntura internacional pouco favorável, condicionada pelas crises económica e financeira mundiais, entre 2007 e 2008, houve um ligeiro aumento da APD, tendo-se registado a tendência para a redução dos donativos face aos empréstimos.

De registar que, dos dados do Relatório de Seguimento da Implementação da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda, verifica-se aumento do volume da ajuda desligada e da ajuda orçamental, destinada ao financiamento para a execução de planos estratégicos.

Cabo Verde tem regido pela boa gestão e coordenação eficaz da ajuda, pelo respeito do Estado de direito democrático, pela boa governação e pelos demais princípios consensualmente aceites pela Comunidade Internacional, o que lhe conferiu a confiança e o reconhecimento internacionais. Por conseguinte, no firme propósito de cumprir os objectivos do milénio até 2015, o país defende a adopção permanente de instrumentos e estratégias que visem o aprofundamento das parcerias e a sua subsequente eficácia em prol do progresso global.

BIBLIOGRAFIA - Referências Bibliográficas

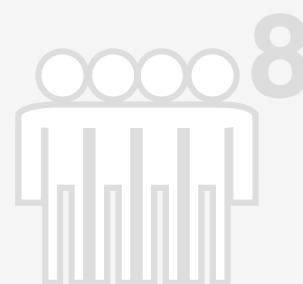
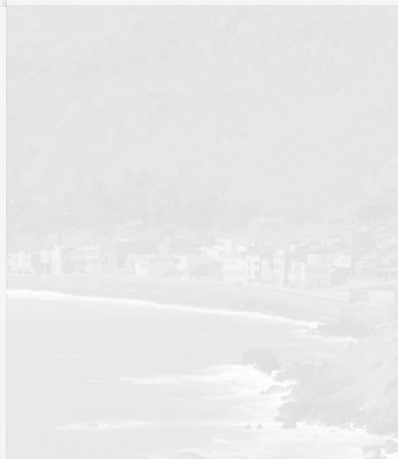
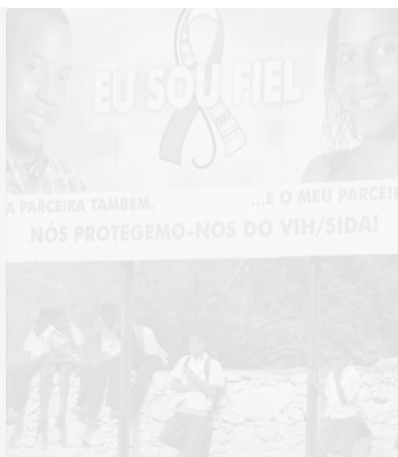
- Relatórios específicos sectoriais / ministeriais e ou de departamentos ministeriais diversos envolvidos mais directamente na execução dos ODM
- Estado da Nação 2010.
- “Comunicar” - revista da Administração Pública, número 9. Dezembro 2009.
- Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias (IDRF 1 e 2) e Questionário Unificado dos Indicadores de Bem-estar (QUIBB2006 e QUIBB2007). INE.
- Inquérito sobre a Vulnerabilidade das Famílias das Zonas Rurais - Direcção dos Serviços da Segurança Alimentar (DSSA) - 2005
- Inquérito sobre a Prevalência de Anemia e Factores Associados em crianças menores de 10 anos em Cabo Verde - IPAC 2009.
- Instituto Nacional de Estatística. Projeções Demográficas 2000-2020.
- Vários contributos do INE, Reforma do Estado.
- Taxa de Desemprego - Nova Abordagem INE
- Relatório Estatístico da Saúde (2008 e 2009).
- IDSR: Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva. (página 169)
- Programa de Acção Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas - 2008-2012; Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.
- Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território. Vários subprogramas na vertente habitação como Habitar CV; Pro-Habitar; e Reabilitar.
- Agência Nacional das Comunicações. Estatísticas do site: www.anac.cv
- Planos Ambientais Municipais.
- Relatório dos Progressos Realizados para Atingir os ODM - Foco Municipal (Maio 2009)
- Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento - Relatório 2004



ANEXO

Informações sobre execução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em Cabo Verde

Resumo



ODM	Metas	Indicadores	2000	2009	Perspectiva (observações) 2015
ODM I					
Reduzir a pobreza extrema e a fome	Reduzir para metade a proporção da população que vive na pobreza extrema entre 1990 e 2015.	Percentagem da população a viver na pobreza	39%	26% da população são pobres (2008)	24,5% (em 1990 49% população pobre)
	Reduzir para metade entre 1990 e 2015, a população com fome.	Percentagem de crianças menores de 5 anos com malnutrição	6% (2002): Destes, 5% são malnutrição moderada a 1% malnutrição global aguda. A malnutrição global atinge em proporção igual os dois sexos. No meio rural é 8% e no urbano é 4%. Repartição geográfica: BV (10%); Malo (9%) e ST (7%)	8.712 famílias estão em situação de insegurança alimentar, (43.560 pessoas); e 7.426 famílias estão sob risco de IA, seja um total de 37.130 pessoas	Inquérito de Seguimento das Zonas e Populações Vulneráveis de ST, SA, SN, Brava e Fogo após a campanha agrícola 2009/2010
ODM II					
Assegurar a Educação Primária Universal		Percentagem da população com insuficiência calórica	16%		11,5%
		Taxa líquida de escolarização no Ensino Primário (ambos os sexos)	96%	91,7%: ano lectivo 2007/08	98%
	Proporcionar a todas as crianças os meios de finalizar o ciclo de estudos primários	Proporção de crianças em idade escolar começando o primeiro ano de estudos no EB e terminando o 6º ano.			
		Taxa de alfabetização dos 15 - 24 anos	95%. Taxa geral: 75%; taxa de analfabetismo 15 e mais anos: 25,2% em 2000; 23% em 2002	Inferior a 20% não obstante a disparidade social geográfica	Taxa de alfabetização no grupo etário dos 15 a 24 anos: 98%. Meta realizada
ODM III					
Ssexos e a Igualdade entre os Sexos e a Autonomia da Mulher		Rácio raparigas / rapazes no ensino primário, secundário e superior	0,96 - EBI. 1,02 - ES 1,26 - E Médio e Superior (ano lectivo 2000/01 = 1,04)	0,93 - EBI 1,15 - ES 2,42 - E Médio 0,93 - E Superior	A igualdade entre os dois sexos no ensino básico está assegurada. Levar mais mães-jovens-adolescentes (12-19 anos) a frequentar uma escola (29,7% em 2002)
	Eliminar disparidades entre sexos no ensino e a todos os níveis até 2015	Taxa de alfabetização de mulheres de 15 a 24 anos em relação aos homens	Representação de mulheres no poder executivo: 36% em 2001. Poder local: 16% em 2000	96% (QUIBB2007)	A igualdade de género nesta matéria está assegurada. É insignificante a diferença inter-género e local de residência. Isto foi possível graças às significativas melhorias de oferta do ensino nos diferentes concelhos.
ODM IV					
Promover a Igualdade Infantil (menores de 5)		Taxa de mortalidade em menores de 5 anos	39%	20,1%	Para reduzir a mortalidade infantil de 2/3 entre 1992 e 2015, a taxa de mortalidade infantil deverá cair para 14% e a taxa de mortalidade infanto-juvenil 18,7%. Este desafio pode ser alcançado se se reforçar as intervenções actuais.
	Reduzir em dois terços, entre em 1990 e 2015, o índice de mortalidade de criança menores de 5 anos	Taxa de mortalidade infantil	26,8%	20,1%	
Melhorar a Saúde Materna		Proporção de crianças menores de 1 ano vacinadas contra o sarampo	72,8%	94%	Inquérito de avaliação da cobertura vacinal realizado em Abril de 2010
	Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, o índice de mortalidade materna	Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados vivos)	86,3‰	53,7‰ 15,8‰ ²⁰⁰⁸ (2008)	A evolução da Taxa de mortalidade materna é volátil porque se refere a um número muito pequeno. Se se considerar a taxa de 2002, o objectivo de reduzir em 3/4 a taxa de mortalidade materna em 2015 foi atingido. Objectivo: 17,3‰
Melhorar a Saúde		Proporção de partos assistidos por pessoal de saúde qualificado	88,5% 1ª consulta pré-natal: 72,3%. Frequência de controlo de grávidas: 3.0.	72% fizeram 4 ou mais consultas nos últimos cinco anos; Dados administrativos de 2009 revelam cobertura de 88,4% na 1ª consulta com uma média de controlo de 5 consultas por grávida.	

ODM	Metas	Indicadores	2000	2009	Perspectiva (observações) 2015
ODM VI					
Combater o VIH / SIDA, Malária e outras Doenças Infecciosas e outras Doenças	Parar, até 2015, a propagação do VIH/ SIDA e começar a inverter a tendência presente.	Taxa de prevalência do VIH entre as mulheres grávidas	0	Casos notificados: 319 - 69% faixa etária dos 15 a 49 anos. Grupo etário mais atingido : 30 - 34 anos com 14,9% dos casos.	
		Taxa de uso de preservativos (prevalência contraceptiva)	38,5% (1999)	46%	Inquerito aos Indicadores de Prevenção de VIH-SIDA (2009): 46,8% das mulheres e 41,6% dos homens dos 15 aos 24 anos rejeitam 2 crenças erradas em relação à transmissão ou à prevenção do VIH/SIDA e sabem que é possível a uma pessoa que aparenta boa saúde estar infectada pelo vírus; 88% das mulheres e 96% dos homens consideram que podem fazer algo para evitar contrair o VIH/SIDA.
		Número de crianças órfãs apoiadas			QUIBB 2006 : 1,4% das crianças menores de 18 anos são órfãs de mãe e 3,7% são órfãs de pai. 0,2% é órfã de mãe e pai. A diferença entre o meio de residência urbano e rural não é significativa.
		Taxa de prevalência da malária (por 100.000 habitantes)	28,8‰	1,3‰	
		Taxa de mortalidade (por 100.000 habitantes)	0,5‰	0,4‰	
		Até 2015 ter controlado a malária e outras doenças, e ter começado a inverter a tendência presente.	Taxa de incidência de tuberculose (por 100.000 habitantes)	51‰	62,7‰ 63,4‰ (em 2008)
ODM VII					
		Proporção de casos de tuberculose	3,2‰	3,2‰ 1,2‰ (em 2008)	O nível de pobreza no meio rural e zona periféricas urbanas e a coexistência da epidemia do VIH/SIDA diminuem a resistência do organismo às infeções causando o aparecimento de formas mais graves de tuberculose. Constituem factores condicionantes para a realização do objectivo do milénio.
		% de terras cobertas por florestas		72% de taxa de sucesso no tratamento de novos casos de tuberculose (2008)	
		Áreas protegidas para manter a diversidade biológica		21%	A percentagem máxima do coberto vegetal foi atingida em 2002
		Emissão de gases com efeitos de estufa (kg por habitante)	840,54 kg de CO2 em média por habitante (1995)	70% com o início de execução de um novo projecto (Sal, Boa vista, SV, SA)	Estes esforços contam com a assistência técnica e financeira do Global Environmental Fund (GEF), Área protegida é crucial para a implementação da política do ambiente.
		Até 2015, reduzir para metade a percentagem de pessoas sem acesso duradouro a água potável.	% da população com acesso sustentável a um sistema de abastecimento de água	24,1% rede pública 48% chafariz/cisterna	Podem ser consideradas insignificativas à escala global
Assegurar um Ambiente Sustentável: BD, Abastecimento de Água e Habitação					
		Tratamento de águas residuais			ETAR de Santa Catarina de Santiago e ETAR do Porto Novo (Santo Antão) em elaboração. Regulamentos municipais sobre resíduos sólidos e líquidos publicados. Tratamento de resíduo líquido e sólido está a cargo de autoridades públicas municipais. Ocorre em poucos municípios.
		Habitação	64% com habitação própria 117 sem abrigo	O ano 2009 foi eleito com o "Ano da habitação"	Objectivo do PA é construir um total de 8.400 habitações até 2014; O programa Casa Para Todos perspectiva para 2008 - 2013, reduzir o défice habitacional quantitativo em 20%, com a construção de 8.155 habitações e reduzir o défice habitacional qualitativo em 24%, com a reabilitação de 16.000 habitações.
ODM VIII					
		Tratar globalmente do problema da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas de ordem nacional e internacional adequadas de modo a tornar viável seu endividamento a longo prazo.		75.921 milhões escudos - Dívida Global (2008) 83.178 milhões escudos - Dívida Global (2009) STOCK DIVIDA / PIB (%) 64, 35 em 2008 STOCK DIVIDA / PIB (%) 66,51 em 2009	A percentagem da dívida sobre o PIB mantém-se relativamente estável.
		Formular e implementar estratégias nacionais permitindo aos jovens de encontrar uma ocupação decente e produtiva.	Taxa de desemprego dos jovens com idade compreendida entre 15 - 24 anos	25%	
			Nos homens	12,8	
			Nas Mulheres	13,2	
			Número de linhas telefónicas fixas (por 100 habitantes)	55, 892 total; 12,9% taxa penetração	71.860 total (2008) 14,8% taxa de penetração (2008)
			Número de telemóveis por 100 habitantes	19.729 assinantes; 4,5% taxa penetração	277.667 assinantes (2008) 55,56% taxa de penetração
			Número de ligações à INTERNET por 100 habitantes - Parque ADSL		7.380 assinantes (2008)
			Número de micro-computadores por 100 habitantes		Parque ADSL: 7.380 (ano 2008); Dial up: 1825 (ano 2008); Distribuição de Internet com a Tecnologia Wi Fi: 627 em 2008; Distribuição da Internet com a Tecnologia GPRS: 4.865 em 2008
		Desenvolver um comércio e sistema financeiro aberto, baseado em regras previsíveis e não discriminatórias			A adesão à Organização Mundial do Comércio (Cabo Verde é membro nº 153) em 2008

Abre perspectiva de expansão do mercado, realização de negócios num ambiente mais seguro e estável; e de melhoria da qualidade de prestação de serviços. A adesão comunica maior confiança aos investidores

Publicação com apoio



Créditos

Coordenação: Direcção Nacional do Planeamento - Ministério das Finanças
Produção: Ministério das Finanças
Desing: Opal Publicidade de Cabo Verde, Lda
Impressão: Tipografia Santos

Fotografia:

© UN/: Masakazu Shibata - ODM 1, 3 e 8
© UN/Julie Pudlowski - ODM 2, 6 e 7
© Anita Pinto - ODM 4 e 5

© Ministério das Finanças, República de Cabo Verde